

proposta nº18

**GREVES
MOVIMENTOS DE BAIRRO X ESTADO
ASSOCIAÇÃO DE TRABALHADORES
EDUCAÇÃO POPULAR**



fase

proposta

SETEMBRO/1981 - Nº 18

Editorial	3
-----------------	---

Movimentos de Bairro x Estado na América Latina Tradução e adaptação de Alvaro L.P. Leite	5
--	---

O Ciclo das greves no Rio Grande do Sul FASE - Porto Alegre	19
--	----

Associação de Trabalhadores da Região da Mooca: uma alternativa ao imobilismo FASE - São Paulo	31
--	----

Vila Ramos: a luta por uma urbanização que atenda aos interesses dos moradores FASE - Porto Alegre	41
--	----

Contribuição à unidade e consolidação do movimento popular Transcrito de "Cultura Popular" - CELADEC	46
--	----

Proposta - Publicação de circulação interna da
FASE-Federação de Órgãos para Assistência Social
e Educacional.

Coordenador Nacional: Jean Pierre Leroy.

Coordenador de Publicações: Antônio Ivo de Carvalho.

Conselho de Redação: Clínio Reinaldo de S. Lima, Gló
ria Ochoa, Maria das Graças F. Costa, Maria Lúcia
S. da Silveira, Nádia Campeão, Paulo de Tarso Ves
ceslau.

Secretária de Redação: Ziléa Reznik.

Capa e Diagramação: Antônio Rogério Garcia Silve
ira.

Datilografia: Elita Vicente de Paula Duailibe.

Impressão: Vickson de Souza Viana.

Registro na Divisão de Censura de Diversões
Públicas do DPF - 2.244-P.209/73

EDITORIAL

Dos cinco textos publicados neste número de PROPOSTA, três correspondem a trabalhos de sistematização de experiências concretas, vividas e acompanhadas de perto por equipes da FASE.

De São Paulo nos chega uma reflexão sobre uma experiência organizativa de novo tipo: a Associação de Trabalhadores da Mooca. É relatado e discutido o processo de busca de um espaço alternativo de debate e prática, capaz de conectar as diversas dimensões da vida do trabalhador, sobretudo articulando as questões do mundo do trabalho com aquelas relativas ao mundo da moradia.

Porto Alegre nos envia dois trabalhos. O primeiro representa um esforço de resgatar a peculiaridade e o aprendizado para os trabalhadores do ciclo de greves que sacudiu aquela cidade no ano de 1979. O outro discute a experiência dos moradores de Vila Ramos que vivenciaram toda uma luta pela urbanização de seu bairro, onde chegaram a formular um projeto alternativo ao PROMORAR.

Uma abordagem mais teórica a respeito dos Movimentos de Bairro, baseada sobretudo na experiência latinoamericana, nos é oferecida pelo trabalho de T. Evers, C. Platenberg e S. Spessast, do qual publicamos a 3a. parte - Organizações de Bairro - traduzida e adaptada por Álvaro L. Pantoja Leite.

Finalmente extraímos e traduzimos da revista Cultura Popular, editada pelo CELADEC, o relatório de Reunião Preparatória para o Encontro Latinoamericano de Educação Popular, realizado em novembro de 1980.

Movimentos de Bairro x Estado na América Latina

O presente texto é um extrato do trabalho "MOVIMIENTOS BARRIALES y ESTADO - Luchas en la esfera de la reproducción en América Latina" (1980), de autoria de Tilman Evers, Clarita Platenberg e Stefanie Spessast - Tradução e adaptação de Álvaro L. Pantoja Leite (FASE/Recife).

COMO SURGEM

A linha de interpretação "ortodoxa" das lutas sociais coloca o seguinte:

- na esfera da produção, ao concentrar um grande número de trabalhadores num processo produtivo (indústria), o capitalismo sem que quer cria as condições para a organização sindical;
- mas na esfera da reprodução, o que o capitalismo provoca é o isolamento, transformando cada consumidor em comprador individual.

Acontece que esse é apenas um lado da coisa, uma parte da verdade. Por que a renda insuficiente também provoca uma concentração social: exatamente a que se dá nos bairros pobres, como resultado da segregação urbana - esta sim, em certo sentido, é até provocada deliberadamente. Isto quer dizer que TAMBÉM NA ESFERA DE PRODUÇÃO O SISTEMA SOCIAL DOMINANTE PRODUZ BASES ORGANIZATIVAS PARA FORMAS DE RESISTÊNCIA SOCIAL.

Mas, dada esta concentração social, como é que surgem núcleos organizativos? A história da maioria das atuais organizações de bairro na América Latina mostra que elas nascem em

torno do enfrentamento de um problema muito concreto, cuja solução todos os moradores sentem como urgente, por cima das diferenças que existem entre eles. Na maioria dos casos foi a LUTA PARA GARANTIR A PRÓPRIA MORADIA. Muitas organizações de bairro surgiram para realizar ocupações coletivas de terrenos (quer dizer: antes da formação do próprio bairro) ou para defender os terrenos já ocupados contra o perigo de despejo ou da demolição.

Organizações surgiram também em torno de outros problemas que, a partir de um certo momento, foram sentidos como insuportáveis pela maioria dos moradores: falta de luz, de água, de coleta de lixo, de transporte, etc.

Portanto: as primeiras estruturas organizativas nascem literalmente da necessidade. Para que elas se transformem em organizações estáveis, permanecendo para além de sua causa imediata, deve acontecer toda uma série de processos de aprendizagem e de mudanças estruturais com numerosos conflitos. É durante esses conflitos que os moradores vão experimentando possibilidades de ação também com relação a outros problemas - e assim vão compreendendo a íntima

relação que existe entre todos esses problemas.

Agora, há um tipo de organização de bairro com condições completamente diferentes dessas que apontamos: são as organizações que nascem criadas "de cima prá baixo". Em todos os países da América Latina há grupos e até organizações de bairro que são produto dos programas governamentais de "assistência social" (por exemplo, no Brasil, as Associações de Moradores de Vilas da COHAB - têm até uma Federação) criadas principalmente como base social de um partido burguês. Outro tipo são os grupos impulsionados pelo trabalho de forças progressistas de fora do bairro (organizações de esquerda, grupos progressistas da Igreja). Nesses agrupamentos, a questão principal não é a integração organizativa, mas a "apropriação" progressiva, por parte dos moradores do bairro, dos conteúdos e estruturas propostas pelo grupo de fora. Este processo também é longo e conflitivo, sendo que na maioria dos casos desemboca em situações ambíguas de compromisso.

É importante notar mais uma vez que, tirando essas premissas muito gerais, quase não existem duas organizações que tenham uma história igual. Essas organizações nascem do enfrentamento com as estruturas sociais dominantes que as rodeiam. Por isso mesmo elas são marcadas, desde o início e durante toda a sua duração, pelas condições concretas da cidade onde surgem e também pelas fases de desenvolvimento econômico e político do país.

QUEM É O ADVERSÁRIO

As reivindicações por condições adequadas de vida para a maioria da população na América Latina, são incompatíveis com a atual forma de desenvolvimento capitalista no nosso continente. É por isso que, em última análise, essas reivindicações todas

estão dirigidas contra o capital que é o outro polo da relação social de dominação. Mas, ainda assim, o que a gente vê é que o destinatário principal dessas reivindicações é o ESTADO. Mais ainda: que sofrendo o Estado como adversário e através da luta, os moradores podem obter resultados concretos. Por que? Porque a maior parte dos problemas comuns enfrentados pelos moradores são aspectos do CONSUMO COLETIVO - e, como vimos, hoje em dia este consumo coletivo faz parte das funções estatais, das obrigações do Governo. E mesmo o próprio CONSUMO INDIVIDUAL em boa medida é determinado pelo Estado pois, na América Latina, ele assume a qualidade de representante direto dos interesses capitalistas: fixando os salários, decretando as condições de trabalho, intervindo nos sindicatos, aumentando os preços e até mesmo sendo proprietário (patrão) de um grande número de empresas lucrativas (1).

Mesmo assim, da parte dos moradores, a tomada de consciência desta ampla responsabilidade do Estado geralmente é muito lenta. É muito comum, durante a fase inicial, as organizações de bairro se dirigirem mais com petições que com reivindicações, a indivíduos e intermediários políticos próximos do Estado: pessoas "influentes" do lugar, funcionários da administração pública ou dos partidos oficiais, engenheiros, advogados, párocos, etc. Se estes contatos no esquema do "clientelismo" não dão certo, então o pessoal procura contato direto com aquela autoridade mais ligada ao problema: a companhia de eletricidade, a empresa de distribuição de água, a repartição responsável pelo calçamento das ruas, etc. O que acontece é que essas autoridades jamais dão soluções com base em critérios objetivos, mas suas decisões são sempre políticas. Este fato por sua vez, a custa de se repetir, politiza também as organizações de bairro, que passam a se dirigir aos cen

troas políticas de decisão estatal. Isso pode provocar - como acontece muitas vezes - a unificação das organizações em MOVIMENTOS DE BAIRROS, com uma orientação mais claramente política.

Do ponto de vista da tomada de consciência, já não é tão simples compreender que o Estado não é apenas o destinatário das reivindicações, mas também o ADVERSÁRIO. Já vimos que situações de extrema necessidade podem obrigar a esforços de adaptação ao próprio sistema que causa essas situações. É o caso: quem exige serviços de infra-estrutura do Estado, não pode deixar de se dirigir a ele como autoridade responsável pelo "bem-estar comum". Utilizar essa aparência ilusória do Estado ("provedor do bem-comum") apenas de maneira táctica parece exigir uma consciência já altamente desenvolvida. Quem depende do Estado para superar situações de propriedade ilegal (caso das "invasões") e converter-se em proprietário legal - e, ainda mais, para garantir a desejada propriedade privada contra futuros usurpadores - não pode ao mesmo tempo buscar a destruição deste Estado. Na situação de necessidade e miséria que dá mina a vida dos moradores desses bairros, o Estado é ao mesmo tempo adversário e protetor (aquele que pode garantir) (2).

Por isso, apesar das experiências que poderiam indicar numa direção contrária, parece existir forte disposição entre os moradores de se prender o maior tempo possível a uma interpretação positiva do Estado. Essas ilusões são, em parte: 1) um produto das ideologias oficiais difundidas massivamente através do sistema educacional e dos meios de comunicação - principalmente os conceitos de "nação", "segurança" e "desenvolvimento"; 2) são alimentadas - também por programas isolados de ajuda, de caráter assistencialista e até "pro-mocional", nos quais os pobres po-

dem "participar" diretamente - desde que sob a direção e o controle paternalista do Estado ou de instituições particulares. E, finalmente - 3) essas ilusões são afiançadas pelo medo da repressão com que o Estado está sempre ameaçando qualquer interpretação divergente da sua (dele). Num contexto desses, não é surpreendente o legalismo que observamos tantas vezes no comportamento dos moradores ou de seus representantes eleitos.

Ainda assim, sobretudo em períodos de extrema pauperização (como o que ocorre atualmente no Brasil), essas ilusões necessariamente diminuem. A prática e a experiência do dia-a-dia acabam demonstrando que o Estado não garante mesmo o "bem-estar comum". Os repetidos enganos do grupo, as frustrações de suas esperanças colocadas no Estado para resolver os problemas do bairro, tudo isso vai ensinando o pessoal a reconhecer a amarração estrutural desse Estado com os interesses dominantes (do capital).

"A gente vê como a luta nos ensina, nos convence da sua necessidade, nos mostra a realidade. Essa realidade não é como a imagem que muita gente tem, de que as autoridades são boas, que eles estão buscando soluções. Pelo contrário, a única possibilidade do povo conquistar seus direitos é sua ação decidida, com o povo unido. Só assim a gente consegue alguma coisa, de outra maneira não conseguimos nada - essa é a nossa experiência. Num sistema capitalista como o nosso, as autoridades têm que defender os interesses da classe que eles representam. Mas nós somos a outra classe e se queremos conseguir alguma coisa, temos que lutar. Portanto, é a prática que nos ensina, que nos mostra o caminho".

(trecho de entrevista com um dirigente de bairro - Lima/Peru).

Um outro tipo de situação é quando as organizações de bairro têm que se dirigir a particulares: o "dono" do

terreno ocupado, companhias de luz e água, etc. Mas aí também a experiência tem mostrado que, para arrancar concessões de adversários particulares, o caminho passa outra vez pelo Estado: é preciso fazer pressão política sobre o Estado para que este pressione o particular - como acontece quando moradores de "invasões" cobram do Governo que desaproprie os terrenos para legalizar a sua posse. No meio disso, muitas vezes as organizações de bairro descobrem que o Estado e os particulares estão estreitamente ligados; ou ainda mais, descobrem que o próprio Estado aproveita dos serviços de infra-estrutura para aumentar sua arrecadação, usando os bairros pobres como meio de enriquecimento - por exemplo, a Prefeitura faz o calçamento de uma rua e cobra novamente esse serviço aos moradores aumentando a taxa do Imposto Predial.

AS ALTERNATIVAS DE AÇÃO

Pergunta: com quais possibilidades de pressão as organizações de bairro podem contar, para fazer valer sua RESISTÊNCIA contra a pauperização?

Os moradores de bairro praticamente não dispõem de nenhum meio econômico de exercer pressão, por causa dos mesmos fatores econômicos que os excluem do acesso aos meios de reprodução num nível satisfatório. Sua renda é tão baixa que não é viável, por exemplo, um boicote de consumo - a não ser que se dirija contra um determinado comerciante do bairro. Cruzar os braços e fazer greve é uma coisa difícil de organizar numa situação de desemprego generalizado. Além disso, nessa forma de luta, as organizações de bairro só podem ter um papel importante quando a greve paralisa toda a vida pública numa área geográfica (cidade, região, campo). Isso aconteceu nas "greves cívicas" da Colômbia e nas greves nacio-

nais - antecedidas por greves regionais - do Peru (77/78); no Brasil em abril de 80, houve um ensaio disso em São Bernardo (São Paulo).

Então, a única possibilidade que resta é a de exercer pressões políticas - mas isso também tem suas LIMITAÇÕES. O meio político de que as organizações de bairro dispõem é sua importância numérica. Mas este fator só passa a ter peso se adquire visibilidade pública. Ora, isto não está previsto no esquema de publicidade dominante, bem pelo contrário: os meios de comunicação fazem o possível para apresentar o problema da miséria das massas como "marginal" quando não acontece de simplesmente ignorarem por completo o problema. Essa tentativa de encobrir ou falsear a realidade, revela-se também na sistemática invenção de nomes ("apelidos") para os bairros, tais como: "pueblos jóvenes" (Peru), "poblaciones" (Chile), "colonias" (México), "Parque X" ou Jardim Y" (Argentina e Brasil), "vilas populares" (Brasil), etc. Nos meios acadêmicos e instituições oficiais de planejamento, os intelectuais burgueses e os tecnocratas inventam termos como "aglomerados subnormais", "áreas de baixa-renda" e outros do gênero.

Esta monopolização da publicidade pelas classes dominantes, tradicionalmente consegue ser quebrada em períodos como o de eleições. Nesses momentos o princípio "um homem, um voto" proporciona ao povo pobre uma ferramenta para fazer valer seu peso quantitativo e articular sua protesto - votando nos partidos de oposição ou abstendo-se massivamente. Inclusive, uma das razões para estabelecer ditaduras militares na maioria dos países latino-americanos foi exatamente para evitar esta deslegitimação periódica do sistema dominante. Nos países onde eleições ainda têm - ou voltaram a ter - um certo significado real, os moradores de bairros populares continuam a usar seu peso

eleitoral para obter algum ganho nas suas reivindicações. Por outro lado, isto facilita aos partidos burgueses estabelecerem sistemas de clientela nesses bairros (como aconteceu no Chile até 1973, com o Partido Democrata Cristão). Esse aproveitamento dos períodos eleitorais também tem contribuído para enquadrar o enfrentamento com o Estado nos marcos institucionais e ideológicos do sistema partidário existente.

Normalmente, tanto nas ditaduras militares como nas poucas democracias burguesas do continente (algumas tão autoritárias quanto os regimes militares), as reivindicações por melhores condições reprodutivas têm que procurar formas de publicidade extra-institucionais. Daí que o instrumento básico de luta tem sido a MANIFESTAÇÃO PÚBLICA EM MASSA, em lugares e momentos não previstos para esse fim pelo sistema dominante de publicidade. A história dos movimentos de bairros é, em boa medida, a HISTÓRIA DA DESCOBERTA DO SEU PESO COMO MASSA, através da invenção de possibilidades e formas de usar esse peso para criar uma publicidade extra-institucional (o chamado "impacto" de opinião pública).

Trata-se de todo um processo de experiência com manifestações indiretas (através de representantes, delegações, abaixo-assinados, cartas abertas, etc.), dos níveis mais simples até níveis mais elaborados e massivos.

"A gente mora ali, onde queriam construir a Avenida dos Cerros: somos vendedores ambulantes, pedreiros, jornaleiros, engraxates, costureiras, domésticas, enfim, é onde vive toda a pobreza. Esta avenida tinha muito interesse para eles, tinha interesse político, porque como você sabe o palácio presidencial está ali perto dos bairros da zona oeste. Os prédios do governo estão todos ali e estão cercados de pobres por todos os lados, e como a gente vive na agi-

tação por causa da própria vida que levamos de fome, miséria, de abandono e atraso, eles vivem com medo de que um dia se forme qualquer coisa e esse povo todo pule em cima deles. O prefeito mandou umas intimações a todos os proprietários, para que fossem ao Instituto de Desenvolvimento Urbano negociar sua casinha. Ameaçavam mandar tanques de guerra pra cima da gente e derrubar tudo. E o pessoal disse: bom, a gente espera os tanques e ninguém vende. Aí se fez um ato público num teatro grande e os vizinhos fizeram um enterro simbólico da Avenida dos Cerros. Fizeram um grande caixão de defunto, colocaram velas e tudo isso, e cada vizinho foi jogando dentro do caixão a papeleta que devia mandar pro Instituto. Toda a imprensa foi convidada e estava lá. Muita gente colaborou nisso, até parlamentares e conselheiros, porque tinha pessoas conscientes que viam o nosso apertado e esta exploração que eles iam fazer com a gente".

(entrevista com uma dirigente do Comitê de Defesa da Zona Oeste de Bogotá)

Ações diretas das massas, como as que ocorrem atualmente em quase todos os países da América Latina, são portanto, o resultado de um longo processo de conflitos cada vez mais sérios (esse processo pode ser encurtado quando acontecem situações de extrema emergência). As formas variam em gênero e grau, desde a simples ida de umas 50 pessoas ao escritório da companhia de água, até a tomada de prédios governamentais ou a ocupação de avenidas centrais da cidade. Muitas vezes, o impacto imediato dos lugares onde são feitas as manifestações é menos importante que o fato de obrigar os meios de comunicação de massa (rádio, imprensa, TV) a informar sobre o ato de protesto - que brando assim o silêncio que o monopólio da publicidade quer impor aos mo

vimentos populares.

Essa forma de atuação em massa surte efeito, em primeiro lugar por causa do seu potencial de ameaça. Mesmo um pequeno grupo de 10 ou 20 representantes de bairro que invadem uma repartição oficial e reclamam em voz alta uma solução para seu problema, não deixa de ter um impacto (por exemplo, nos funcionários da repartição). Quando se trata de um número grande de manifestantes, então aquele efeito de ameaça tem uma base real. Especialmente em situações de tensão emocional, quando se trata de problemas vitais para os moradores, a atuação em massa pode fazer deslanchar um processo que chegue até a adquirir formas violentas (3).

Logo de saída, frente ao poderio militar do Estado, os movimentos de bairro não têm quase nenhuma chance de impor o atendimento de suas reivindicações. (o terrorismo que vem de cima costuma chamar de "terrorismo" qualquer manifestação mais violenta que venha de baixo). Mas, por outro lado, quando as manifestações criam publicidade extra-institucional sobre as consequências sociais do sistema dominante, então isso é realmente "subversivo", na medida em que consegue - ainda que momentaneamente - solapar as bases de legitimação do regime. O fato de que um grupo de pessoas sai publicamente dos canais institucionais estabelecidos, cria a condição para impulsionar um processo de tomada de consciência que pode questionar a obediência (interiorizada por uma parte considerável da população dos nossos bairros). No fundo, o que essas ações de massas colocam em evidência é que os mecanismos de mercado existentes não servem para satisfazer as necessidades básicas da maioria da população. Isso rompe a aparência de "liberdade" e "igualdade" da circulação capitalista (o chamado "livre" mercado) e revela as relações de dominação que se escondem por de

trás.

Mas não é apenas no nível ideológico (a deslegitimação do sistema) que as ações diretas de massa têm efeito. Elas podem chegar a atingir um nervo muito sensível do sistema econômico, que de início parecia completamente fora do alcance das organizações de bairro. Trata-se do seguinte: a "lealdade das massas" é uma condição indispensável para um "bom clima de investimentos". Se os regimes políticos vigentes não conseguem garantir "a tranquilidade e a ordem", os possíveis investidores estrangeiros se assustam e, em casos mais graves, pode até ocorrer uma fuga de capitais do país. Daí que o Estado tenha um interesse vital em remendar o quanto antes esse rasgão na sua roupagem de legitimação. Seja satisfazendo, seja reprimindo as reivindicações articuladas, o que importa de qualquer maneira é acabar com a "agitacão pública". A isto se acrescenta o interesse de sobrevivência política dos homens do Governo em todos os escalões de responsabilidade, preocupados em provar para as classes dominantes sua capacidade de controlar a situação.

Em resumo: as lutas de bairro hoje na América Latina, com toda a sua riqueza e variedade de expressões, têm encontrado nas manifestações públicas de massa (ou nos prenúncios de manifestação) o principal instrumento de pressão e único realmente eficaz. Naturalmente, o emprego desse instrumento depende de muitos outros fatores adicionais: capacidade organizativa, reivindicações concretas, conjuntura política que vai indicar as brechas que podem ser aproveitadas, etc. Um exemplo: o Movimento Contra a Carestia - iniciado em São Paulo e depois espalhado por várias capitais brasileiras - apoiou-se na descoberta da fraude que o regime militar realizou no cálculo da taxa de inflação oficial em 1973 (essa fraude foi comprovada por um relató-

rio interno do Banco Mundial), que teve o efeito de diminuir os índices de reajuste salarial daquele ano e de todos os seguintes.

COMO O ESTADO RESPONDE

A chave para entendermos as atuais reações do Estado diante das reivindicações reprodutivas, é a seguinte:

- enquanto seus autores as entendem como reivindicações primordialmente econômicas e dentro dos marcos do sistema;
- o Estado, por seu lado, as interpreta como reivindicações principalmente políticas e dirigidas contra o sistema.

Mas não se trata de um mal-entendido. A discrepância dessas duas óticas é uma consequência lógica do seguinte:

- as formas atuais do capitalismo na América Latina continuam sendo apresentadas, a nível ideológico, como as garantias do bem-estar comum - visando com isso legitimar o sistema;
- enquanto, ao nível material, elas funcionam com base no menosprezo sistemático das necessidades de bem-estar da população.

Ou seja, quanto as reivindicações por condições mínimas de vida - que o "Estado benfeitor" finge poder satisfazer - são tomadas ao pé da letra pelos grupos populares, então isso se transforma numa ameaça real para a legitimação do sistema dominante.

Como as reservas de mão-de-obra são praticamente ilimitadas, o nível "necessário" (para o sistema) do consumo das massas já não é medido em função da sua capacidade de se reproduzir como força de trabalho, mas unicamente em função do seu apaziguamento político. Enquanto para as massas o melhoramento de sua situação cons

titui um objetivo para o sistema político dominante representa um meio entre vários.

Se o Estado respondesse a essas reivindicações univocamente (apenas de uma maneira), essa resposta só poderia ser:

- 1) ou a integração das massas satisfazendo suas demandas - mas isso é incompatível com a política de concentração de rendas, base estrutural dos atuais aparatos estatais na América Latina;
- 2) ou a repressão das demandas - uma resposta que não é tão difícil tecnicamente, mas que tem o preço político de acelerar o processo de frustração das massas e da perda de legitimidade do regime.

É por isso que as respostas por parte das autoridades governamentais costumam situar-se no campo da ambiguidade que existe entre a integração e a repressão. A experiência tem demonstrado que as táticas do Estado com relação às reivindicações das organizações de bairro, têm consistido basicamente em:

- protelar (demorar em atendê-las);
- dividir (atender apenas algumas reivindicações de um bairro e outras de outro bairro; ou então, escolher alguns bairros "privilegiados" e aí atender o máximo possível de reivindicações);
- ameaçar com medidas repressivas.

Quase sempre o que ocorre é uma mistura dessas alternativas.

As primeiras experiências das organizações de bairro enfrentando-se com o Estado, costumam ser as seguintes: ficam enroladas nos labirintos das instâncias burocráticas, são desmobilizadas pela tramitação de processos custosos e demorados, são enganadas por informações falsas e por supostos "imperativos de ordem técnica". Quando, depois de anos de luta, o Es

tado faz concessões materiais, essas são medidas em conta-gotas - e nunca em função de sua utilidade concreta, mas sim, como resultado de um cálculo político no qual pesam os seguintes fatores:

- o potencial de protesto daquele movimento;
- as oportunidades de faturar prestígio como "benfeitor";
- a conjuntura geral e
- a "viabilidade" (tanto econômica quanto técnica).

Às vezes essas concessões se engrandecem institucionalmente, sendo apresentadas como parte de um grande "programa oficial" - para garantir o controle sobre sua execução, inclusive sobre as oportunidades de enriquecimento que ele cria. Nesse processo, costumam colocar-se entres a futuros movimentos de protesto, utilizando meios como a cooptação de dirigentes e a construção de sistemas de clientela. Paralelamente, os representantes do governo tratam de aproveitar as diferenças sociais existentes entre os moradores, para jogar uns contra os outros e finalmente dividi-los (4).

Os programas de "auto-ajuda" são particularmente propícios a esses fins, porque reúnem várias vantagens:

- são uma excelente propaganda para seus promotores;
- desgastam a capacidade de ação dos moradores, através de contribuições financeiras, trabalho "voluntário" e brigas internas (por problemas de origem externa);
- abrem as portas para uma penetração tanto política como ideológica.

Os moradores que pagam impostos diretos - trabalhadores assalariados e pequenos comerciantes - são particularmente atingidos por essa "ajuda para a auto-ajuda" porque eles são

explorados três vezes:

- a) têm que viver em condições infra-humanas;
- b) os impostos que eles pagam são gastos (pelo governo) conforme os interesses dos ricos e
- c) têm que dar uma contribuição direta - em trabalho ou dinheiro - para realização de obras urbanas que eles já pagaram através dos impostos.

Mas no final das contas, o contraste entre as necessidades vitais dos moradores e a resposta do Estado é muito grande e evidente para que essa mistura de desmoralização e mini-concessões consiga freiar o processo de desilusão do povo. Os prolongados e repetidos enfrentamentos, se por um lado cansam e até esgotam as organizações de moradores, por outro lado do provocam processos de aprendizagem e transmitem experiências de luta. Consequentemente, acentua-se o lado repressivo das respostas do Estado: intimidações e ameaças de todo tipo contra os moradores em geral e particularmente contra seus dirigentes.

É nesse contexto que surge e se desenvolve a IDEOLOGIA DA "SEGURANÇA NACIONAL", como substitutivo para a insustentável aparência de neutralidade de classe do Estado. Através desta ideologia, os agentes estatais projetam sua própria percepção política em qualquer expressão de protesto social, mesmo nas mais elementares reivindicações econômicas: "eles pedem pão, mas na realidade pretendem subversão; parecem pobres, mas de fato são agitadores profissionais disfarçados; seu apelo à justiça social é uma mera artimanha do comunismo internacional; etc."

Esta orientação ideológica faz parte daquelas transformações que se realizaram nas estruturas estatais, visando dar conta do crescente potencial de protesto na América Latina

durante as décadas recentes - especialmente a segunda metade dos anos 60 e começo dos anos 70. A história dessa mudança de estratégia de resposta, vai desde as tentativas de integração através da expansão dos mercados internos, passando pela contra-insurgência preventiva da Aliança para o Progresso, a estratégia de opressão massiva aplicada pelas ditaduras militares, até a atual estratégia do BANCO MUNDIAL de fomentar uma espécie de "apartheid social" - com o objetivo de assegurar tão somente a subsistência dos pobres, aceitando como irreversível a miséria massiva.

Paralelamente, modificaram-se também os aparatos institucionais, cujas tendências atuais mais importantes são as seguintes:

- 1) Dada a evidente incapacidade de alguns aparatos estatais em garantir que a crescente pauperização não se transforme em perigo político, cada vez mais estão intervindo agências internacionais como o Banco Mundial, a Segunda Internacional Socialista (social-democracia européia), Organismos Sindicais Internacionais (tutelados pelos EE.UU. ou Alemanha Federal) - aplicando medidas de tecnologia social. Dessa forma, A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS INTERESSES ECONÔMICOS TEM LEVADO POUCO A POUCO À INTERNACIONALIZAÇÃO DO CONTROLE POLÍTICO.

Correspondendo a essa nova estratégia, diversos programas vêm sendo implementados nas nossas cidades sob os auspícios do Banco Mundial - como é o caso dos atuais projetos de urbanização de favelas nas grandes metrópoles brasileiras (5).

- 2) Ao mesmo tempo, os aparatos estatais readaptam sua própria estrutura: para poder responder da maneira mais diferenciada possível sem perder o controle global, foram criados "organismos especia-

ais" - tanto a nível central como descentralizado - com a dupla função de integração e controle social. Um exemplo: no Peru, o governo militar criou em 1971, o SINAMOS - um organismo estatal com centenas de funcionários em todos os níveis da administração pública, inclusive com representantes dos próprios bairros (favelas); sua estrutura territorial correspondia às zonas militares do país; os chefes a nível regional e nacional eram militares ("controle"), que tinham civis como seus diretores adjuntos ("integração"). Além de causas externas, a instituição fracassou por sua contradição interna - não servia nem para uma autêntica mobilização social, nem para um controle eficaz.

- 3) Simultaneamente e como medida preparatória para estratégias mais repressivas, são introduzidas modificações legais que restringem as possibilidades de mobilização autônoma e de publicidade para as reivindicações dos moradores. Isso vem acontecendo em vários países, como foi no caso da Colômbia: em agosto de 1978 o governo do presidente "liberal" Turbay Ayala, após um aumento de quase 30% nos preços da gasolina (e, conseqüentemente, em setores vitais da economia popular como transporte e alimentação), promulgou um decreto chamado "Estatuto de Segurança" - para controlar o protesto massivo contra a piora das condições de vida (proibindo reuniões e manifestações públicas, impedindo os meios de comunicação de difundirem notícias sobre greves ou "distúrbios de ordem pública", fazendo prisões de representantes da oposição, etc.).

A IMPORTÂNCIA DOS DIFERENTES OBJETIVOS DE LUTA

O surgimento, desenvolvimento e perspectivas de êxito ou fracasso

das lutas de bairro dependem em grande parte do problema concreto que é articulado em cada caso. Conforme as dificuldades ligadas a um objetivo de luta específica, podem variar:

- a coesão dos moradores
- a forma concreta do enfrentamento com o Estado e
- os resultados da luta empreendida.

Muitas vezes os atores dessas lutas não se constituem como organização de bairro permanente, mas sob a forma de comitês ou comissões "ad-hoc": de defesa do terreno invadido, de escola, de água, de lixo, etc. Como consequência disso, não só a própria luta mas também a percepção dos moradores é marcada por sua experiência concreta com essa luta específica. As consequências de uma luta específica para o processo organizativo varia, entre outras coisas, conforme: o grau de urgência que é atribuído ao respectivo problema; a solução do problema seja possível unicamente através da ação coletiva ou também individual; o cálculo de custos e benefícios - econômicos e políticos - das instâncias governamentais, e o grau em que estejam envolvidos interesses privados.

MORADIA

Apesar de toda a sua miséria, o baraco/casebre/macambo representa para os moradores um fator fundamental de estabilidade material e psicológica. De certa forma, ele substitui um lugar de trabalho estável, uma vez que cria a condição básica de poder sobreviver sem uma renda regular. Vem daí também sua grande importância a nível psicológico: a "casa própria" não só reduz o sentimento de insegurança existencial, mas é de fato um dos poucos "pontos fixos" de identidade individual: "aqui ninguém manda em mim, este lugar é meu...etc.". Assim, os acontecimentos em torno da "casa própria" ocupam o centro da vida.

Muitas vezes, todas as atividades de uma família concentram-se em conseguir os meios suficientes para construir uma casa. Este interesse individual é compartilhado por todos os moradores e adquire tanta importância para o grupo todo ao ponto de estarem dispostos a defender sua urbanização "com unhas e dentes" - se necessário até com sacrifício de vidas. Para poder atingir este objetivo, é decisivo conseguir o título de propriedade dos terrenos ocupados - ou, pelo menos, uma situação de tolerância legal. Este parece ser o único caminho de conseguir segurança e reconhecimento social, em sociedades baseadas na propriedade privada. Mas para atingir esse objetivo, os moradores têm que assumir uma situação paradoxal: como o terreno onde levam seus barracos "pertence" ao Estado ou a proprietários privados, eles necessariamente têm que violar as leis vigentes - que defendem os proprietários contra esse tipo de "ataques à propriedade privada". Quer dizer: a ocupação de terrenos significa que os moradores têm que violar a quelas mesmas normas legais que - de pois da luta pela permanência - eles vão precisar para garantir sua própria propriedade. Para resolver seu problema de moradia, primeiro eles têm que se colocar à margem da ordem jurídica dominante, para logo em seguida - através da propriedade privada - poderem se integrar neste mesmo sistema.

Esta violação das leis e a consequente ilegalidade criam uma situação na qual os moradores dependem das decisões estatais - uma situação de inferioridade que marca todo o processo seguinte: A violação da lei legitima a sanção estatal e a desejada garantia legal depende do favor estatal. Com isso, num certo sentido o Estado "tem a faca e o queijo na mão". Isto explica porque muitas vezes os moradores se iludem tão facilmente com promessas e porque fazem todo o possível para demonstrar uma boa condu-

ta política, chegando às vezes até o limite da abnegação, mostrando um comportamento bem mais de súplicas do que de reivindicações. Corresponde à lógica do Estado protelar o máximo possível a solução legal, com o objetivo de não perder esses meios de manipulação.

A chave para a explicação da história de um bairro encontra-se muito comumente na posição dos moradores com relação ao terreno ocupado. Por exemplo: organizações combativas e politicamente conscientes costumam ter como ponto de partida uma luta dura pela permanência nos terrenos ocupados. As lutas internas quase sempre têm que ver com os interesses econômicos divergentes dentro do próprio bairro (inquilinos x proprietários, comerciantes x biscateiros, etc.).

Uma vez resolvido o problema jurídico (via desapropriação ou concessão de aforamento pelo Estado), diminui a pressão externa e começam a aparecer os problemas da heterogeneidade interna. Em muitos casos, logo se destaca um grupo com condições econômicas para iniciar rapidamente a construção com material nobre (alvenaria) e até para construir mais um andar ou quartos de aluguel. Os "ricos" entre os pobres podem ficar um pouco mais ricos, aumentando a diferença de interesses e reduzindo a base para ações coletivas.

Por outro lado, a construção da casa em geral marca o ponto em que, uma vez conseguida certa segurança na esfera reprodutiva a preocupação se volta para a não-integração na produção (o problema do emprego). Porque a melhoria da casa ou o pagamento das prestações do terreno loteado requerem uma renda estável - e os esforços para consegui-la frustraram-se diariamente. É assim que, novamente, aparecem em cena os interesses estratégicos.

CONSUMO COLETIVO

O cálculo de custos e benefícios elaborados pelas respectivas autoridades estatais, varia muito conforme as diferentes obras infra-estruturais. Este fato condiciona tanto as perspectivas de êxito como as repercussões internas, nas lutas de bairro por determinados problemas de infra-estrutura. Por exemplo: a extensão da rede elétrica é um problema relativamente "simples" porque os fios não representam um grande gasto para o Estado e logo começam a ser pagos pela população - sem falar na facilidade de resolver o problema através do "gato" (extensão puxada da rede pública de forma ilegal). A ligação com a rede de água potável já é uma coisa mais cara e complicada: aí, as perspectivas de êxito são bem menos seguras e variam com as condições ecológicas e também sociais de cada cidade.

As favelas nos desertos ao redor de Lima (Peru) recebem água de caminhões-cisterna que vendem essa água em galões. Em Lota (cidade mineira ao Sul do Chile), os acampamentos de barracas onde vivem milhares de mineiros dispõem apenas de duas fontes centrais de água. Nos bairros da periferia de São Paulo, muitos moradores se abastecem d'água através de poços furados por eles mesmos; mas a água sai contaminada por causa da proximidade de "fossas negras" também feitas pelos próprios moradores por falta de esgotos.

Quanto ao calçamento de caminhos e ruas, ainda que seja relativamente caro, não é difícil convencer as autoridades sobre a utilidade desse tipo de obras, cuja visibilidade presta-se muito para a ostentação política. Já no caso da luta por esgotos, a reivindicação é quase que utópica: além de ser uma obra muito cara, não traz vantagens econômicas ou políticas para o governo. Quanto ao transporte, a luta é também contra as empresas privadas que têm muito interesse

em ganhar a concessão de novas linhas, mas colocando no serviço o menor número de ônibus possível que vão circular superlotados - para aumentar o seu lucro, é claro. Escolas são exigências que prometem uma luta longa e difícil; o mesmo se pode dizer com relação às creches e aos postos de saúde.

Quando são realizadas essas obras de infra-estrutura, as diferentes propostas de solução que surgem quase sempre expressam os interesses diferenciados dos moradores.

"A Companhia Nacional de Água cobra uma taxa cujas prestações mensais são muito altas para uma parte dos moradores. Os mais ricos conseguem impor a aceitação da taxa e também que suas casas sejam as primeiras a receber água. Algumas famílias mais pobres ficam devendo as prestações e acabam tendo que comprar sua água dos ricos, porque os caminhões-cisternas não vêm mais" (favelas de Lima Peru).

Quanto às reivindicações em si, todo mundo está de acordo: para conseguir um mínimo de infra-estrutura básica, a ação comum se impõe naturalmente. Mas depois da fase inicial alguns moradores começam a se servir de suas vantagens pessoais (maior renda, relações externas, etc.), até mesmo - às vezes - contra seus vizinhos. Se esses interesses individuais conseguem tomar o controle das organizações de bairro, então as ações coletivas terminam no ponto mesmo em que elas conseguiram criar a base para o desenvolvimento desses interesses individuais.

CONSUMO INDIVIDUAL

Depois da moradia, a alimentação representa a necessidade mais urgente para a reprodução física. Mesmo assim, o problema de alimentação é praticamente o que menos aglutina e provoca processos grupais no bairro. O motivo é obvio: a alimentação (jun-

to com o vestuário) está organizada exclusivamente em forma de consumo individual; o que cada um pode comprar de comida é determinado pela renda individual (eventualmente por mais alguma produção de subsistência: plantio de frutas, legumes e verduras no terreno em torno da casa). Ora, em uma situação de crescente pobreza das massas, isto significa simplesmente: FOME. Não existe praticamente nenhuma outra redistribuição de renda no interior da economia familiar, porque pra ninguém sobra nada (não há excedentes, mas sim faltas). As tentativas de formar cooperativas de consumo ou de organizar compras coletivas, na maioria dos casos têm fracassado por razões econômicas, por brigas e desconfianças internas, ou então, pela firme e até violenta resistência dos intermediários (comerciantes). Em 1977 isso foi tentado por grupos de mulheres da periferia de São Paulo, mas fracassou.

As possibilidades de alimentação dependem de salários e preços, isto é, estão diretamente ligadas ao sistema econômico global. Uma mudança parcial a nível de um único bairro é praticamente impossível. Dessa maneira, o problema da fome se reflete em todas as outras iniciativas de organização: de um lado, a fome se manifesta como debilidade física (fraqueza, esgotamento) e apatia (indiferença, passividade); de outro lado, como um grande potencial explosivo incalculável nas ações e mobilizações de massa quando, rompendo aquela apatia, se incendiam por qualquer motivo imediato.

Do ponto de vista organizativo, todas as tentativas de solução do problema de alimentação ultrapassam o âmbito do bairro. Portanto, não é por acaso que se estabelecem mais facilmente ligações entre organizações de bairro e sindicatos justamente através do problema dos preços dos gêneros alimentícios.

"O rápido aumento dos preços dos alimentos foi o fator determinante das GREVES NACIONAIS no Peru, que foram organizadas conjuntamente pelos movimentos de bairro e sindicatos. Os abaixo-assinados do Movimento Contra a Carestia no Brasil, em parte foram distribuídos através dos sindicatos e nas fábricas; na direção do movimento estavam também dirigentes sindicais. Também na Guatemala existiu um movimento contra o alto custo de vida; esse movimento praticamente substituiu no momento o perseguido e reprimido movimento sindical."

Desta maneira, a necessidade do consumo individual, através do sistema de preços e salários, remete aos interesses estratégicos de uma mudança na esfera de produção; e assim, pode desembocar em unidades de ação com outras forças sociais. Sem dúvida, esse tipo de "frente" costuma ter curta duração. Por falta de uma concepção clara e de mais longo alcançe, as organizações participantes costumam ter uma visão meramente conjuntural de sua cooperação; não percebem uma razão para manter a unidade de ação para além do motivo que originou a "frente" - motivo este que, como qualquer problema isolado, toca de maneira muito distinta os diferentes interesses de classe envolvidos.

RESUMO:

Este artigo pretendeu apresentar algumas estruturas básicas das lutas que se dão na esfera da reprodução, sob as atuais condições de uma crescente pauperização massiva.

Em primeiro lugar, quisemos destacar as potencialidades dessas formas atuais de luta social; mas, ao mesmo tempo, procuramos indicar algumas dificuldades e obstáculos que freiam o desenvolvimento dessas potencialidades. Neste sentido, uma questão de císica é: SE É POSSÍVEL E COMO SE PODE DESENVOLVER UMA CONSCIÊNCIA POLÍ-

TICA NESSAS LUTAS.

Observamos o seguinte:

- 1) Por um lado, as organizações de bairro contêm a possibilidade de que seus membros tomem consciência da realidade em que vivem, dos alcances e limites de suas próprias forças e do caráter de classe do Estado; e ainda, que ganhem experiência numa organização democrática de base;
- 2) Por outro lado, elas contêm também o perigo de que se desenvolvam formas de uma "falsa" consciência nutrida pela ideologia dominante; e que os moradores, para resolver seus problemas, se subordinem a estratégias de caráter pequeno-burguês.

No nível abstrato, parece-nos importante assinalar que, nas atuais condições, a distinção tradicional entre lutas reprodutivas e produtivas - distinção presente não só nas análises correntes, mas também nas próprias formas de organização - vai perdendo substância e, portanto, tem que ser substituída por uma interpretação que estabeleça uma estreita interrelação entre ambas as formas de luta. É inegável que as lutas de bairro não estão sendo levadas à margem da luta de classes; bem ao contrário, elas representam uma de suas atuais formas de expressão.

Isso não significa que a diferença entre lutas de bairro e formas de luta sindical ou de partidos políticos já não existe; nem tão pouco que seja simples ou fácil essa relação entre ambas. De qualquer maneira, a crescente redução do nível reprodutivo está criando não só a necessidade, mas também as condições objetivas para que as reivindicações se unifiquem e se articulem em alianças cada vez mais amplas.

N O T A S:

- (1) Esta função central do Estado para o processo de valorização

capitalista é um elemento importante para a aproximação entre formas de lutas dos Sindicatos e organizações de Bairro.

(2) É por isso que os moradores de favelas - e suas organizações - parecem ser "conservadores" para alguns autores e "radicais" para outros. Uma abordagem dialética combinaria essas duas interpretações a parentemente opostas.

(3) Quanto a esse aspecto, dado o grau extremo dos problemas enfrentados pelos moradores, é mesmo de admirar que só raramente aconteçam explosões violentas. Quais seriam os fatores de inibição da agressão?

(4) Num bairro do Recife, concorrem à eleição para diretoria do Conselho de Moradores 2 chapas. Uma delas - que tinha sua plataforma em cima da realização de projetos da Prefeitura - era constituída pelos proprietários de casas que estavam se achando prejudicados pelo "plano de urbanização" feito pelo Conselho, com o apoio da maioria da população.

(5) Em 1980, o presidente do Banco Mundial (Robert McNamara) esteve em viagem pelos principais centros urbanos da América Latina, tendo visitado "in loco" dezenas de bairros populares e favelas que, em seguida, foram contemplados com projetos (dinheiro "a fundo perdido") financiados pelo Banco Mundial.

O ciclo das greves no Rio Grande do Sul

FASE/Porto Alegre

INTRODUÇÃO

O movimento popular no Rio Grande do Sul há muitos anos havia deixado de se expressar com peso e evidência na vida política regional da forma como se movimentou no ano de 79. Não se circunscreveu somente às reivindicações econômicas de algumas categorias urbanas da classe operária. Atingiu largos setores da população urbana marginalizada no acesso à terra e condições de saneamento. No campo deu-se o início do questionamento da política agrícola do governo pelos pequenos proprietários e à luta pela distribuição de terras aos camponeses que não mais as possuíam, os chamados "Sem Terra" (1).

Porém, foram os trabalhadores urbanos, através de suas reivindicações por melhores salários e condições de trabalho, que mais conseguiram expressar o conjunto das contradições das

classes sociais "dominadas". Sobre eles pesaram, naquele momento, o maior grau de repressão do governo, em



compensação, foram os que vivenciaram diversas formas organizativas próprias, aliadas aos limites dos

instrumentos tradicionais de suas lutas - como o sindicato atrelado ao Estado e os Partidos. No caso do MDB, os parlamentares não tiveram capacidade de absorver as questões colocadas pelo movimento, a não ser pela via parlamentar. Constituíram-se em alguns casos, movimentos grevistas extra-sindicais (2), obrigados a dar resposta que o aparelho sindical não comportava naquele momento, bem como extra-partidários, constituídos completamente à margem dos partidos existentes (3).

Ao mesmo tempo esse movimento grevista mostrou toda sua fragilidade ao ter de enfrentar governo e patrões. Com quase nenhuma experiência acumulada nos anos anteriores - ao contrário de São Paulo que contou com uma série de ricas experiências nas greves de empresas inclusive, com formação de comissões de fábrica - o movimento operário lançou-se às greves sem ter uma vanguarda (direções sindicais ou militantes de base) consolidada e reconhecida pelo conjunto das categorias. Essa vanguarda se formou na greve mesmo e ali é que obteve o reconhecimento dos operários. Da mesma forma, o movimento careceu de um maior vínculo entre o sindicato e as fábricas, necessitando lançar mão dos piquetes para provocar e manter as Paralisações.

A série de debilidades organizativas, às quais pode-se acrescentar ainda a falta de vínculos mais estreitos entre as diversas categorias, facilitou a repressão do governo e dos patrões, talvez mais do que os próprios mecanismos de que o governo lançou mão. E a justaposição dessas duas condições - debilidade organizativa e forte repressão sobre os movimentos - trouxe o rápido refluxo, substituindo-se aquela forma de luta (a greve) por um intenso movimento interno às categorias. O sentido passou a ser o de se organizar e substituir as direções pelegas por direções combativas.

O CICLO DAS GREVES

Com exceção da greve dos professores, no primeiro semestre, o restante das paralisações ocorreram nos primeiros três meses do segundo semestre, seguindo os passos das greves de São Paulo e Minas Gerais.

Contou com um total de 228 mil grevistas, entre os mais de três milhões do país (ver tabela 1), sendo que os professores e os operários da construção civil foram os mais expressivos numericamente. Somadas as duas categorias, temos 150 mil grevistas (ver tabela 2), 65 por cento do total. Os restantes 35 por cento distribuíram-se entre as diversas categorias. A percentagem de grevistas do setor terciário (prestação de serviços) chega a 94,5 por cento do total, quase igualando-se aos grevistas diretamente ligados à produção. Isso explica-se pela relativa fraqueza do parque industrial do Estado e seu pequeno crescimento nos últimos anos (teve um acréscimo bem menor aos índices de outros Estados), bem como a não paralisação de um setor importante como o dos metalúrgicos (4).

Quatro greves se destacaram pelo seu tempo de duração, sendo em média de duas semanas: a dos professores, da construção civil, dos bancários e dos vigilantes.

Nota-se ainda que o ponto de partida de todas as paralisações foram reivindicações econômicas - aumento de salários - e ocorreram fora da data-base do dissídio. Algumas, como foi o caso da construção civil e dos bancários, extrapolaram suas reivindicações iniciais: os primeiros questionando a diretoria de seu sindicato e colocando na ordem do dia sua substituição; os bancários, após a intervenção no sindicato e prisão dos dirigentes, exigiram a imediata libertação dos presos e o fim da interven-

ção. Através desses dois exemplos compreende-se a facilidade que o movimento tem de politizar-se, dados os estreitos limites em que pode mover-se dentro da estrutura sindical e diante da intransigência patronal e do Estado.

Selecionamos, para uma rápida reconstrução, quatro greves que, de certa forma, concentraram as questões principais vividas pelo movimento operário: baixos salários, falta de organização, combatividade das categorias, direções combativas ou pelegas. Bancários e costureiras com direções combativas; peões e motoristas com direções sindicais pelegas. Estes são os polos opostos da mesma organização sindical viciada por mais de quarenta anos de atrelamento ao Estado.

VESTUÁRIO

A categoria do vestuário, na época, possuía cerca de dez mil operários, sendo sua maioria mulheres, com um salário médio pouco acima do mínimo. Esta foi a única categoria que teve sua greve geral antecedida por duas paralisações em empresas (5).

O início da paralisação deu-se com a chamada de uma assembléia, dia 03/09, para decidir o lançamento de uma campanha salarial. Foi antecedida de dez assembléias por fábrica, que ocorreram no transcorrer do mês de agosto, onde foram cuidadosamente formadas as pautas de reivindicações, permitindo à diretoria avaliar o grande potencial de mobilização. A categoria contava ainda com outro elemento fundamental: a existência de delegados sindicais com estabilidade no interior das fábricas, conquistados na campanha do ano anterior.

Assim, no período que precedeu a greve, esses delegados funcionavam como um elo de ligação permanente entre a fábrica e o sindicato.

Na assembléia, que contou com a participação de 3,5 mil costureiras, além de ser unificada a pauta de reivindicações foi decretada imediatamente a greve, com o objetivo de pegar os patrões de surpresa e obrigá-los a sentar na mesa de negociações (6).

A pauta de reivindicações constava de 41 itens, destacando-se:

- não desconto dos 35% de aumento concedidos em agosto a título de antecipação no dissídio de novembro;
- aumento de 20% a partir de 01/09 sobre o salário reajustado no mês anterior;
- contratos de experiências carimbados pelo sindicato (7), e também que o aviso prévio, em caso de demissão, fosse válido somente com o carimbo do sindicato;
- estabilidade de 90 dias para a gestante (8);
- delegado sindical por cada fração de cem trabalhadores e com estabilidade provisória de dois anos. A aquelas empresas com menos de cem operários teriam direito a um delegado.

Definiu-se na assembléia um comando de greve (composto de 30 membros), que iria acompanhar a diretoria, além de formarem-se piquetes que deveriam atingir as 200 empresas na manhã seguinte, recolhimento do fundo de greve entre a população e uma nova assembléia no dia seguinte.

O sindicato patronal por seu lado, achou "absurda e ilegal a greve, uma vez que não foi apresentada nenhuma reivindicação" e, "absurdo maior", não encaminhar qualquer negociação antes da greve. O presidente da patronal, Israel Jacobson, afirmou que "eles (os trabalhadores) estão querendo demais. Pedem coisas absurdas que jamais poderemos conceder... Querem que levemos até café na cama para eles". Justificou, ainda, o pedi-

do de auxílio à Secretaria de Segu
rança Pública: "Vamos pedir ajuda
da SSP para garantir a tranquilidade
dos empresários em relação àqueles
que queiram trabalhar", afirmou em
uma entrevista à imprensa.

O balanço dos dois primeiros dias
de greve, segundo João Paulo Marques,
presidente do Sindicato dos Trabalha
dores, era de uma adesão de 95 por
cento da categoria. Um índice alto,
mas ao qual tem de ser acrescentado
outro dado: a utilização de piquetes
foi generalizada e constituiu-se em
elemento fundamental para provocar
e manter a paralisação. Em algumas
fábricas chegou a haver enfrenta-
mento físico entre as piqueteiras e
pelotões de choque da polícia.

No dia 05 é que foram entregues as
reivindicações aos empresários, logo
após uma passeata de cinco mil costu-
reiras pelo centro da cidade. A par-
tir daí a Delegacia Regional do Tra
balho (DRT) mediu as negociações,
sendo que no dia 06 os patrões apre-
sentaram sua contra-proposta, vota-
da, no dia seguinte, numa assembléia
com seis mil trabalhadores. A propos-
ta previa apenas dois itens: piso
salarial de três mil cruzeiros e au-
mento de 15 por cento. Os 41 itens,
pela proposta patronal, só seriam dis-
cutidos no dissídio em novembro, de-
vendo o sindicato dos trabalhadores
assinar ainda um termo de compromis-
so finalizando a greve, termo este
que não foi aceito. A assembléia con-
cordou com os 2 itens, aceitou a
proposta e a diretoria do sindicato
encaminhou a pauta inicial para jul-
gamento no Tribunal Regional do Tra
balho, vinculando a aceitação da tabe-
la patronal ao julgamento das ou-
tras 41 reivindicações.

Aí se mostrou o fôlego curto desta
greve. Indo a julgamento, o processo
se arrastou durante meses, chegando
ao TST onde a maioria dos itens não
foram aceitos. Os patrões contaram
com outra ajuda: nos meses seguintes
há uma baixa de produção, quando pas-

sa a safra de verão, ocorrendo um nú-
mero alto de demissões, tornando di-
fícil qualquer tentativa de reinício
das mobilizações.

A conquista salarial da greve foi:
salários de 1.800 a 2.000 cruzeiros
com aumento de 60% (contando os 35%
anteriores); de dois a cinco mil, au-
mento de 52%; de cinco a dez mil, 46%
de aumento; acima de dez mil, aumento
de 40%.

MOTORISTAS

Foi uma greve de um dia apenas, mas
que paralisou toda a cidade.

O movimento da categoria iniciou-se
em abril, na campanha salarial, ga-
nhando fôlego em agosto quando se-
riam aumentados automaticamente os
salários a partir das modificações
nas tarifas de ônibus. De abril a a-
gosto é que os motoristas mais comba-
tivos conseguem articular-se, enfren-
tando o pelego Othelo Oliveira (9),
presidente do sindicato, e que resul-
tou na convocação de uma assembléia,
no dia 14/09, onde seriam discutidos
os novos aumentos.

Compareceram cerca de quatro mil mo-
toristas, cobradores e fiscais e lo-
go de início fica uma certeza: a von-
tade geral era de ir à greve, reduzin-
do-se muito o espaço de manobra do
presidente, este contrário à paral-
isação. De nada adiantam seus esfor-
ços em só permitir a entrada de só-
cios: os não sindicalizados forçaram
sua participação e o pelego logo per-
deu também a própria direção da as-
sembléia. A partir daí decidiram que
o caminho era a greve, mesmo sem a
participação do sindicato, formando-
se um comando de greve com represen-
tantes das maiores empresas e reunin-
do os motoristas mais combativos.

Os primeiros passos foram a forma-
ção de piquetes e o imediato início
das negociações com o sindicato pa-
tronal na madrugada do dia 15, na
qual reuniram-se ainda o prefeito, a

DRT e o sindicato, sem, no entanto, chegarem a um acordo.

Na manhã do dia seguinte, a paralisação já havia ganhado adesão não só dos motoristas da capital, mas se estendeu a toda a grande Porto Alegre. E, para isso, os piquetes praticamente foram desnecessários. As paralisações, de uma maneira geral, eram espontâneas. O movimento contou com outro elemento a seu favor, manifesto na quase neutralidade dos empresários do setor, o que pode ser expresso na seguinte declaração de um deles: "... as empresas do setor estão dispostas a dar o aumento desde que o governo federal se comprometa em repassar este custo imediatamente para as tarifas".

Assim os motoristas contaram se não com a boa vontade, pelo menos sem a intervenção contrária de seus patrões. Estes, na verdade, recolocavam o eixo de enfrentamento: entre os operários e o Estado, ou melhor, entre os motoristas e os consumidores, o que era corroborado pelas afirmações do presidente da EBTU, J. Francisco ni: "(o Estado)... deve dar continuidade aos projetos de expansão dos serviços de transporte coletivos e proporcionar aos empresários do setor condições de rentabilidade...".

À tarde do dia 15 é que a diretoria do sindicato consegue reassumir a direção e dar o golpe. Numa segunda reunião com os empresários chegou a um acordo que seria referendado à noite no sindicato. Só que não havia sido marcada a assembleia e, durante o dia, os membros do sindicato haviam feito de tudo para desmobilizar a categoria, aconselhando aos motoristas a irem para suas casas. Na porta do sindicato lia-se num cartaz: "Avisamos que em 15/09 o sindicato não estará atendendo a seus associados". Isso em pleno dia de greve!

O comando de greve, nesse momento, demonstrou sua grande fragilidade e

a inexperiência de seus membros, mantendo-se paralisado frente às diversas pressões e não conseguindo uma articulação com as bases. À noite a direção de uma assembleia voltou para as mãos do pelego. Dos quase dez mil em greve, apenas 208 votaram: 146 aceitaram o acordo e 62 foram contrários.

Um outro trunfo ainda estava guardado. Os motoristas da Grande Porto Alegre, por receberem um salário menor que os da capital, tinham na equiparação de seus salários seu principal móvel de luta. Pelo acordo, no entanto, só receberiam equiparação dos índices de aumento, permanecendo ainda com um teto salarial inferior. Assim, quando os motoristas da capital retornaram ao trabalho, aqueles ficaram em greve por mais um dia, porém sem um único canal de centralização do movimento e com o sindicato jogando suas forças no sentido de forçar a volta ao trabalho.

Pelo acordo, os da capital ganhariam: 7.200 para os motoristas; 6 mil para os largadores e fiscais e 4.100 para os cobradores. Os da Grande Porto Alegre, respectivamente, 6,2; 5,3 e 3,8 pelo mesmo serviço e horas de trabalho.

CONSTRUÇÃO CIVIL

Esta greve teve seu início em um cantinho de obras de casas populares (Vila Restinga) de forma completamente espontânea. Três mil operários, revoltados com sua situação de trabalho, iniciaram a paralisação, alastrando o movimento até o centro da cidade, formando um imenso piquete que arrastou todos os operários por onde passou.

Estes três mil peões protestavam contra o desconto de salários nos domingos e feriados quando chegavam cinco ou dez minutos atrasados ao trabalho, contra os frequentes "ganchos" (suspensão de três dias) para quem

falasse em aumento; contra a não aceitação do atestado do INPS.

Nesse mesmo dia, 13/08, realiza-se a primeira assembléia que pautou as reivindicações. Os salários de ser ventes deveriam passar de 11 a 25 cruzeiros e a 40 cruzeiros para os profissionais. Formam-se, também um primeiro comando de greve, comissões de arrecadação do fundo de greve e piquetes para ampliar o movimento.

O sindicato, que até aquele momento estava à margem da paralisação, con voca uma assembléia para o dia seguinte, numa tentativa de direcionar a greve, no que é contestado pelo co mando.

Na Vila Restinga nenhum dos operá rios acreditou na boa vontade do pre sidente. Este havia sido convidado e não tinha comparecido a uma assem bléia no dia 11 que definiu a parali sação.

Na assembléia convocada pelo sindicato, com a presença de 8 mil peões, a diretoria é expulsa pela massa que reitera seu apoio ao comando de gre ve, formado de um modo completamente desordenado e sem critérios, conta n do até com professores e estudantes. Estes chegaram até a dirigir a assem bléia em alguns momentos, ocasionan do a formação de uma passeata até o palácio do governo estadual, exigin do a libertação de três companheiros presos naquele dia.

Quanto ao sindicato, Filipe Delgado, depois de expulso, preferiu o diálo go com a DRT, através de um ofício que resumia a visão da diretoria du rante toda a greve: "Considerando que o Sindicato de Trabalhadores constatou ser impossível dar conti nuidade ordeira ao movimento reivin dicatório caracterizado em seu Edi tal de Convocação publicado na im prensa no dia de ontem; considerando que o Comando Geral Independente (CGI) se recusou terminantemente a qualquer diálogo com a entidade que representa legalmente os trabalhado

res; considerando que o movimento não pode ser identificado como estritamente da categoria profissional reivindicante, estamos comunicando os presentes fatos a V.Sa. e aos de mais órgãos públicos competentes e, também, que a diretoria do Sindicato suspende temporariamente a cober tura ao movimento reivindicativo até que os fatos aconselhem outra atitude" (ass.: Filipe Delgado).

Essa outra atitude viria através da série de pressões da DRT e do sindi cato patronal sobre o comando de gre ve, no sentido de não negociar en quanto o sindicato dos trabalhadores não estivesse presente.

Do lado dos trabalhadores, apura-se a organização que deu fôlego à gre ve. Primeiro, foi a criação de coman dos de greve zonais, responsável pe la manutenção da paralisação e arre cadação do fundo de greve em suas zonas de trabalho; segundo, a articu lação com o local de moradia, com a criação de comitês de apoio nas vi las populares. Estes comitês conse guiram reunir as famílias dos operá rios, bem como membros de outras ca tegorias que passaram a uma solida riedade ativa com o movimento.

Mas o problema central permaneceu e, inclusive, agravou-se durante a se mana. Desde o início o CGI foi três passado por duas visões de atuação: uma primeira, majoritária, que tentou levar o movimento na trilha das conquistas econômicas, questionando a diretoria do sindicato sem, no en tanto, descartar o sindicato enquan to entidade da categoria; uma segun da, que, sem esquecer as reivindica ções econômicas, em alguns momentos privilegiava a negação não só da di retoria, mas do próprio sindicato. Essa posição culminou com a criação, quase ao final da greve, de um sindi cato livre dos operários da constru ção civil, dividindo os setores com bativos da categoria, tanto a nível de direção quanto de base.

Nesta primeira semana é conquistada

a adesão de seis mil operários do polo petroquímico, através da ação de piquetes. Ao nível das negociações permaneceu o impasse, até a entrada em julgamento da greve no TRT.

Na reunião conciliatória, provida pelo Tribunal, o juiz propôs o índice de 25% de aumento, apenas um quarto do índice reivindicado.

A decisão só veio na assembléia do dia 27, quando cinco mil operários decidem aceitar aquela proposta e outros dois itens: estabilidade de noventa dias para categoria e de um ano para o comando de greve.

BANCÁRIOS

A última greve de repercussão naquele ano teve uma série de características particulares, a começar pela sua preparação. Não só em Porto Alegre ela eclodiu, mas também em várias cidades importantes do interior. Ocorreu dessa forma porque a Federação dos Bancários levou uma pauta conjunta de reivindicações de todos os sindicatos.

Além disso, a campanha de aumento salarial foi levada ao mesmo tempo em que se desenvolvia a de São Paulo e Rio de Janeiro, destacando-se a reivindicação de unificação da data-base para 1º de setembro (no Estado era em novembro).

Quando a categoria se decidiu pela greve, o trabalho preparatório de organização das bases se refletiu diretamente sobre o andamento das paralisações. Primeiro, o comparecimento maciço à assembléia que deflagrou o movimento: de um total de 12 mil bancários, cerca de 8 mil estavam presentes, após a capital alguns municípios do

interior lhe seguiram o exemplo, totalizando quase vinte cidades com bancários em greve. A formação do comando de greve foi a mais exemplar de todas as greves: aglutinaram-se nele os bancários mais combativos, representando as maiores agências bancárias.

Porém foi a greve que sofreu o maior número de interferências do governo. Aqui ele não se limitou a uma aparência de neutralidade, onde suas várias instâncias entravam como mediadores entre patrões e trabalhadores, mas articulou uma campanha de repressão a nível nacional, atingindo São Paulo, Rio e Porto Alegre. Começou decretando a ilegalidade do movimento para, a seguir, prender suas lideranças mais combativas.

Aqui no Estado tal atitude significou que o movimento ficou desamparado e isolado dos demais centros já



nos primeiros dias, quando a greve fracassa em São Paulo e Rio. A pressão recaiu também sobre o interior do Estado, prendendo-se várias diretorias. O golpe final sobreveio com

a assinatura em separado do acordo entre os sindicatos do interior, apresentados pela Federação e o Sindicato patronal, deixando os grevistas da capital completamente isolados.

A segunda semana de greve só foi sustentada à base de piquetes diários, para, no final, quando o movimento já se encontrava completamente esvaaziado, a categoria ser obrigada a voltar ao trabalho sem nenhuma conquista.

A derrota foi levada mais longe pelos patrões. Nas primeiras semanas depois do término da greve, instalou-se uma verdadeira caça às bruxas no interior dos bancos, com demissões massivas que, em algumas agências, chegaram a 50% de seus efetivos.

QUESTÕES PRINCIPAIS

PAPEL DOS SINDICATOS

Quando o movimento veio à tona ficou clara a completa inadequação da maioria das direções sindicais com o movimento, no caso a dos motoristas e dos peões. Totalmente à margem da paralisação, essas direções pelegas foram ao ponto de se posicionarem contrárias à greve.

Mas também a estrutura sindical mostrou claramente seus limites, expressos em vários momentos. Primeiro, não permitiu que em nenhum momento se abrisse espaço às negociações diretas entre patrões e empregados, surgindo o Estado sempre como instância mediadora. Segundo, não reconheceu os comandos de greve como instâncias legítimas de representação dos operários, forçando a que sempre o sindicato, mesmo quando sua diretoria fosse pelega, representasse aqueles nas negociações. Terceiro, o limite propriamente político de representação do sindicato, como no caso dos bancários, onde sua direção posicionou-se ao lado das bases, levando a que o Ministério do Trabalho intervisse,

cassando a diretoria, não reconhecendo, assim, o papel legítimo daquela. Quarto, a solidariedade entre as diversas categorias se manifestou mais pelas bases, exemplo da construção civil, do que pelos aparelhos sindicais, que, em sua maioria, mantiveram-se calados e quietos. A exceção foi a intersindical, formada por um pequeno número de sindicatos combativos, e que manteve um processo de constante apoio às categorias em greve.

ORGANIZAÇÕES INDEPENDENTES DOS OPERÁRIOS

Com exceção das costureiras, nos outros três casos constituíram-se organismos independentes, onde as restrições legais da estrutura sindical não incidiam diretamente, como no caso dos sindicatos.

Neste campo é que a experiência foi a mais rica, principalmente no exemplo da construção civil que deveu seu fôlego basicamente à originalidade da organização de sua greve: o comando geral de greve independente, responsável pela direção geral do movimento; os comandos zonais que mantinham a paralisação e arrecadação de fundos nas diversas áreas em que se dividiram; os comitês de apoio nas vilas populares (local de moradia da imensa maioria dos peões), sugerindo o início de uma solidariedade ativa de membros de outras categorias.

Um exemplo de complementaridade entre o sindicato combativo e os organismos de base surgidos nas greves é o caso dos bancários. Quando sua diretoria foi presa, o comando a substituiu estando minimamente preparado e estruturado, dando condições de continuidade ao movimento.

No entanto, embora fosse a experiência mais rica que as diversas categorias sofreram, não deixou de demonstrar sua fragilidade já ao início de

sua construção. Em alguns casos, imbuídos de erros que não puderam ser corrigidos no curto espaço de tempo em que se desenvolveram as lutas, erros que podem ser localizados na não fixação de critérios explícitos de representatividade dos membros e do papel que os comandos deveriam cumprir, levou a comprimir sua existência só no espaço restrito das greves e não fixando na consciência das bases a importância desses organismos.

O fato de que após o término das greves, essas diversas experiências não levaram à praticamente nenhuma mudança no interior dos sindicatos é mais uma prova da total inadequação dessa estrutura sindical. As diversas experiências foram abafadas quando do "retorno" às atividades normais dos sindicatos.

O ESTADO

Na primeira fase do ciclo grevista, o Estado apareceu mais como instância mediadora entre as duas partes do que como uma intervenção mais direta. Esta, no entanto, surge claramente na greve dos bancários, com a intervenção nos sindicatos.

Mas era apenas uma aparência o tom de conciliação que o Estado promoveu. Na greve dos motoristas foi clara a sua intervenção pelas próprias afirmações de alguns empresários, assim como na construção civil, quando afirmam que em última instância quem determinaria os índices de aumento salariais seria o governo federal (motoristas) ou estadual, este na renegociação do valor dos contratos de construção das empresas com o Estado (11).

Na segunda fase desaparece totalmente esse tom de conciliação, frente às pressões de banqueiros e, mais importante, a perspectiva de uma greve de bancários com caráter nacional (Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro). O ensaio das atitudes mais repressivas nas futuras greves, quan-

do o governo retoma a ofensiva articulada com os patrões, teve seus primeiros passos ensaiados nesta greve de bancários, onde fechou caminho para qualquer negociação.

A NOVA CONJUNTURA

A soma de dificuldades que o movimento operário tem para se organizar e impor uma linha sindical mais próxima a seus interesses, impediu que as experiências de 79 tomassem um rumo mais definido.

Daquela série de lutas restou, de forma mais presente, a consciência anti-direções sindicais burocráticas e pelegas, consciência expressa na formação de uma série de oposições sindicais - motoristas e construção civil. Tentam, a partir daquelas experiências, levar um plano de lutas que democratize a vida do sindicato e amplie sua participação.

Essa mesma consciência fortaleceu a necessidade que a classe operária tem de suas entidades representativas de massa, no caso, dos sindicatos. Os exemplos das diretorias combativas tornaram-se um referencial, assim como das organizações de base que se constituíram naquele processo.

N O T A S:

(1) Os pequenos produtores agrícolas levaram a luta pela melhoria do atendimento da previdência social no campo, já que o FUNRURAL estava muito aquém das necessidades. No ano seguinte, 1980, no primeiro semestre, houve intensa mobilização dos produtores de soja na luta contra o "confisco" imposto pelo governo federal. Em alguns municípios a luta desdobrou-se na ocupação de cidades e rodovias pelos produtores. Os chamados "sem-terra", por sua vez, concentram-se, neste momento, em Ronda Alta, onde estão acampadas cerca de 600 famílias que reivindicam a distribui-

ção de terras no Estado.

(2) O termo extra-sindical se refere não à negação do sindicato en quanto instrumento de luta, mas supê ração da estrutura sindical existen te, colocada sob estreitos limites organizativos, por movimentos reivin dicativos de maior envergadura, embo ra muitas vezes não sejam conscien tes dessa negação.

(3) Arena e MDB, no ano de 79, eram os únicos partidos existentes. Com relação ao primeiro, a Aliança Renovadora Nacional, é óbvio do porquê do afastamento dos movimentos grevistas em relação a ele: congrega va de igual forma que seu sucedâneo (PDS) os setores mais conservadores e reacionários da sociedade; o segun do, no entanto, tinha uma relação mais complexa com o movimento popu lar. Partido criado e ambientado na vida parlamentar e, apesar de seu discurso político ser favorável às reivindicações e necessidades das camadas populares, teve enorme difi culdade em readequar sua atividade a nova conjuntura. E até sua extinção não tinha alcançado esse objetivo.

(4) Toda possibilidade de greve nes te setor foi sustada pelas mano bras da diretoria do sindicato de Porto Alegre na campanha salarial da quele ano. Chegou a haver assem bléias com mais de sete mil operá rios durante a campanha, boa parte disposta a ir à greve.

(5) As costureiras realizaram duas greves no 1º semestre, todas as duas por aumentos salariais. Uma de las conseguiu o aumento. Logo após a empresa foi fechada, depois de sua compra por um grupo do ramo hotelei

ro.

(6) Nessa época o setor funciona com capacidade máxima de produção. O atraso na produção pode significar muitas para os empresários ou até mesmo, o cancelamento das encomen das.

(7) Maneira de evitar os frequentes abusos que ocorrem, como as pror rogações indevidas desses contratos pelas empresas.

(8) Há denúncias de que algumas em presas do setor, que possuem con vênios com clínicas particulares, provocam o aborto artificial nas ges tantes, descarregando-se, assim, do ônus de pagar seus salários no perío do final de gravidez e de convales cença.

(9) Sem dúvida este é o melhor espé cime de pelego de Porto Alegre. Em denúncias publicadas no mês de ou tubro de 80, no jornal "Em Tempo", confirmaram-se todas as suspeitas de deduragem que o pelego promovia. Num série de cartas ao DOPS, à polí cia federal e aos empresários, Othe lo conseguiu liquidar com a articu lação dos motoristas combativos. To dos foram demitidos, não encontrando mais emprego na categoria.

(10) Em uma nota do sindicato patro nal, os empresários da construção afirmam: "... sendo estas obras na sua imensa maioria de propriedade e/ou financiamento dos governos(esta dual e federal), é pois a eles que caberá a decisão final sobre os índi ces de aumento possíveis de serem e ventualmente concedidos (aos operá rios)".

NÚMERO DE GREVISTAS POR ESTADOS E SUA DISTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL
DE GREVISTAS - 1979

<u>Estado</u>	<u>Número de Grevistas</u>	<u>Distribuição (%)</u>
São Paulo	1.297.000	40,0
Rio de Janeiro	849.000	26,0
Minas Gerais	480.000	15,0
Rio Grande do Sul	228.000	7,0
Distrito Federal	69.000	2,0
Pernambuco	67.000	2,0
Goiás	66.000	2,0
Outros	185.500	6,0
Total:	<u>3.241.500</u>	<u>100,00</u>

Obs.: O Estado de São Paulo é o único que teve um número maior de greves por empresa em relação as gerais por categoria que predominaram no restante dos Estados.

**PRINCIPAIS GREVES, REIVINDICAÇÕES E GREVISTAS NO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - 1979**

Categorias	Grevistas e Formas de Organização	Reivindicações	Resultados	Duração
Motoristas de ônibus Fora da data-base	8.500 / Co- mando de greve inde- pendente da diretoria	Cr\$8.400(motor) 6.350(fisc) 5.200(cob) Delegado Sindical	Cr\$7.200 6.000 4.100	15/08 (1 dia)
C. Civil Fora da data-base	64 mil / Co- mando de Greve inde- pendente da diretoria	100% de aumento	Antecipação de 22,5% e estabi- lidade ao Co- mando de Greve por 90 dias	13/08 (15 dias)
Professores	86 mil	Piso de três sal. min. e reajuste de 70%	Piso de 4 mil e reajuste de 70%	02/04 (16 dias)
Bancários	12 mil / Co- mando de Greve junto à diretoria	76% de aumento e antecipação da data-base 01/09	Aumento escale- nado entre 5 e 15%; interven- ção no síndica- to e cassação da diretoria	05/09 (14 dias)
Vigilantes	6.500 / Co- mando de Greve forma- do junto à diretoria da associa- ção	Piso de cinco mil e jornada de 8 hs	Piso de 4,1 mil estabilidade pa- ra o Comando de 6 meses e três meses para os grevistas	31/08 (16 dias)
Mineiros	3,2 mil	70% de aumento	25%	21/08 (6 dias)
Vestuário Fora da data-base	8 mil / Co- mando de Greve junto à diretoria	55% de aumento	Aumento escale- nado entre 15 a 50% e piso de três mil	04/09 (3 dias)

Obs.: - outras categorias que realizaram greves: fumageiros (primeira greve nacional de uma categoria); trabalhadores na indústria do papel e pa-
pelão (mil e quinhentos operários); padeiros (Pelotas); tecelões (2
mil) e sapateiros de Novo Hamburgo;

- perderam algumas conquistas no Tribunal Superior do Trabalho; vigilan-
tes e vestuário. Os primeiros, a rigor, jamais tiveram as suas con-
quistas da greve postas em prática.

Associação de Trabalhadores da Região da Mooca: uma alternativa ao imobilismo

FASE/São Paulo

APRESENTAÇÃO

O surgimento de Associações de Trabalhadores e Moradores em uma determinada região ou bairro tem provocado opiniões bastante polêmicas. Os críticos mais severos acusam-nas de paralelismo sindical porque, segundo eles, procuram concorrer com o próprio sindicato.

Os defensores da idéia argumentam que é uma forma alternativa de organização, levando em conta a moradia ou local de trabalho. As Associações não se restringem aos limites das Sociedades Amigos de Bairro(SABs), nem aos centros culturais e/ou recreativos. Trata-se de uma combinação de fatores voltados para a realidade da Região Metropolitana da Grande São Paulo. Combinação entre questões do Trabalho e Moradia.

A Associação dos Trabalhadores da Região da Mooca é uma experiência bem sucedida e que tomamos como exemplo para ilustrar esse artigo, sem nenhuma pretensão de criar um modelo ou uma proposta acabada para outras cidades do Brasil.

Trata-se de uma realidade e como tal merece ser divulgada, assim como

muitas outras formas de organização que existem e que estão sendo criadas pelo movimento operário e popular.

A GRANDE SÃO PAULO: alguns problemas

É muito difícil para quem vive em centros urbanos menores ou no campo, entender a dimensão dos problemas de uma região como é a Grande São Paulo.

Foi a compreensão desse fenômeno e suas implicações sobre suas dificuldades de grupalizar trabalhadores e moradores que criaram as condições objetivas para o surgimento de Associações de Trabalhadores.

A população da Região da Grande São Paulo, formada por 37 municípios(1), é superior a 13 milhões de habitantes, sendo que o município da Cidade de São Paulo abriga cerca de 8,5 milhões. A região tem mais habitantes do que qualquer Estado do Brasil, e o município de São Paulo só tem menos habitantes do que Minas Gerais e Paraná.

É a mão-de-obra migrante, principalmente do nordeste e, mais recentemente, também do interior de São Paulo

que vai se transformar no assalariado urbano, possibilitando ao sistema econômico realizar as altas taxas de excedente de que necessita para expandir-se.

O desenvolvimento econômico acelerado, dessa região, favorecendo a concentração de capital, tem provocado a deterioração das condições urbanas de existência. Além dos baixos salários, pioraram as condições de saúde, nutrição, transporte, habitação, saneamento básico, etc.

Estudos oficiais recentes indicam que os usuários de transportes coletivos que moram na periferia da cidade permanecem de 3 a 4 horas nos veículos que os levam ao trabalho e os trazem de volta para casa. O transporte ferroviário que deveria transportar no máximo 300 passageiros por vagão, transporta várias vezes por dia mais de 700 passageiros. Essa realidade provoca inúmeros acidentes com os "pingentes", trabalhadores que viajam dependurados no lado de fora da composição.

O contraste social se acentua quando observamos que o transporte indivíduo, carro de passeio particular, apresenta 1,2 passageiros como ocupação média por viagem.

O trabalhador, portanto, submetido à fadiga e ao desgaste físico e mental provocado por jornadas de trabalho de 8, 10 e até mesmo 12 horas, soma das horas de deslocamento para o trabalho e a volta para casa, corre ainda o risco provocado pela má qualidade do transporte coletivo.

A situação habitacional apresenta também aspectos alarmantes. Em 1975, o Secretário de Estado para Assuntos Metropolitanos pronunciou um discurso na Escola Superior de Guerra onde afirmou: "cerca de 130 mil pessoas vivem em favelas, 615 mil em cortiços e 1 milhão e 800 mil indivíduos habitam as casas precárias da periferia. Estas cifras referem-se só à Capital e a elas deveriam

ser acrescidas as que dizem respeito aos outros municípios da Grande São Paulo. (...) o número de favelados cresceu neste último ano em 80%"(2).

Em 1980, o número de favelados aproximava-se de um milhão de habitantes, situação que se agravou com a crescente onda de desemprego em 1981.

O quadro dramático das condições de vida, principalmente para os assalariados não qualificados, revela que os trabalhadores foram excluídos dos benefícios de desenvolvimento econômico. A grande Cidade, que já foi um sonho para muito lavrador expulso de suas terras, transformou-se numa máquina sofisticada e cruel de produção de trabalho social excedente.

É dentro desse quadro sócio-econômico que devemos analisar o sindicato, um dos principais instrumentos de organização da classe operária, ferramenta ainda pouco conhecida e utilizada pelos trabalhadores para se contrapor e lutar contra essa situação, ou ainda, ferramenta desvirtuada pela própria estrutura sindical e assim mantida pelos pelegos.

A QUESTÃO SINDICAL

O sindicato, sem dúvida, é um dos mais importantes instrumentos do trabalhador para conseguir condições de trabalho e um poder aquisitivo mais condizentes com a dignidade humana. Entretanto, o sindicato no Brasil é um apêndice do aparelho do Estado. E os acontecimentos recentes como a cassação, prisão e enquadramento de líderes sindicais na Lei de Segurança Nacional revelam os limites impostos pelo Estado à atuação sindical.

O regime político instaurado no país após 1964, reforçou a estrutura sindical implantada nos anos de 1930, inspirada na legislação fascista de Mussolini.

As normas estabelecidas pelo Decre

to nº 19.700 de março de 1931, por exemplo, e cujos traços gerais estão em vigor até hoje, impossibilitam o livre desenvolvimento da ação política do operariado ao mesmo tempo que transformam o sindicato em instrumento do poder do Estado.

Qualquer irregularidade pode ser punida com a destituição da diretoria, a nomeação de um interventor, fechamento do sindicato por 6 meses e até mesmo sua dissolução definitiva.

O artigo 15 desse Decreto é bastante ilustrativo: "Terá o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, junto aos Sindicatos, às Federações e Confederações, delegados com a finalidade de assistir às assembleias gerais e a obrigação de, trimestralmente, examinarem a situação financeira dessas organizações, comunicando ao Ministério, para os devidos fins, quaisquer irregularidades ou infrações".

O Estado Novo, como é conhecido o período da história do Brasil de 1937 a 1945, incorpora à Constituição a legislação sindical de cunho fascista. Em 1939, foi encaminhado o Projeto da Lei Orgânica de Sindicalização Profissional. Em sua exposição de motivos caracteriza os sindicatos como instituições de direito público, diretamente subordinadas ao Estado que limita e estabelece suas atividades.

"Com a instituição deste registro, toda a vida das associações profissionais passará a gravitar em torno do Ministério do Trabalho: nele nascerão e crescerão; ao lado dele se desenvolverão; nele se extinguirão" (in, Boletim do Ministério do Trabalho, Ind. e Comércio - nº 53, Janeiro de 1939).

Em 1939 é promulgado o Decreto 24.694 que, ao mesmo tempo em que reconhece alguma autonomia sindical estabelecida no texto constitucional, limita-a quando incorpora muitos traços do Decreto 19.700, mantendo o

sindicato sob o poder manipulador e coercitivo do Ministério do Trabalho.

Os sindicatos tornam-se agentes do Estado, suprimindo os princípios de voluntariedade e os de liberdade de associação sindical. Cada ramo da economia (metalúrgico, têxtil etc.) passa a ser obrigatoriamente representado por um único sindicato operário e por um único sindicato patronal, que precisam ser reconhecidos pelo Estado. A estrutura sindical deve ser vertical desde as bases locais até a esfera nacional, ao mesmo tempo em que as representações das categorias profissionais são isoladas em compartimentos estanques. São proibidas as associações de caráter horizontal que vinculam pela base trabalhadores de diferentes ramos da indústria.

Baseado nessas diretrizes fascista-corporativas, que perduram até hoje, o sindicato passa a estar volta do mais para o controle da classe operária do que um instrumento de reivindicação e conquista de seus anseios.

As leis e decretos formulados a partir de 1964 promovem uma readaptação através de novos dispositivos como a Lei de Greve, Política Salarial, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Imposto Sindical, etc. Enfim, todo o movimento operário passa a ser mais rigorosamente controlado pelo Estado, assim como todos os seus recursos.

Os sindicatos, portanto, são obrigados a exercer uma função mais assistencial do que sindical. Substituem o Estado no atendimento médico, jurídico e social. E qualquer "deslize" está sujeito à imediata intervenção do Estado ou à repressão policial, como no caso recente do enquadramento de líderes sindicais de São Paulo, Porto Alegre, do ABC e outros centros na Lei de Segurança Nacional.

No caso de São Paulo, o sindicato

dos metalúrgicos é um bom exemplo para a avaliação da estrutura sindical vigente e suas implicações imobilistas no movimento operário.

Os metalúrgicos do município de São Paulo formam hoje uma categoria profissional com mais de 400 mil trabalhadores em sua base territorial. O sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo é considerado o maior sindicato de trabalhadores da América do Sul.

São essas dimensões que criam expectativas permanentes sobre a atuação da diretoria que o dirige. Sendo a cidade de São Paulo o maior polo industrial do Brasil, a história desse sindicato pode ser considerada como o retrato do movimento sindical brasileiro.

Em 1964, sua diretoria foi cassada sumariamente pelo movimento militar que tomou o poder. Após mais de um ano sob a intervenção do Ministério do Trabalho, foi nomeada uma junta governativa formada por elementos comprometidos com a derrubada do governo constituído.

O atual presidente, nomeado interventor em 1965, conseguiu reeleger-se durante todos esses anos graças ao apoio recebido dos empresários e do governo, que fortalecem seu controle sobre a máquina administrativa. Mais recentemente, algumas tendências que estão a favor de qualquer pacto social entre trabalhadores e patrões, reforçaram politicamente o apoio institucional ao atual presidente.

A eleição de 1978 revelou que o governo não está disposto a permitir que trabalhadores comprometidos com o movimento operário assumam o controle de um sindicato que tem, como orçamento, uma verba de cerca de Cr\$ 2.700.000,00 por dia. O que equivale a 300 salários mínimos, aproximadamente. Nessa eleição, apesar da comprovada fraude que provocou a anulação do pleito pela Delegacia Re-

gional do Trabalho, houve intervenção direta do Ministério do Trabalho, que reconheceu "a vitória" da chapa da situação. O Ministro do Trabalho compareceu pessoalmente para dar posse a diretoria "eleita".

Em 1981, essa diretoria foi reeleita apesar de perder a votação nas fábricas por uma margem superior a 3.000 votos. A inversão do resultado só foi possível graças às urnas colocadas no prédio do Sindicato onde o grande número de aposentados garantiu a pequena diferença que deu a vitória à situação. A estrutura sindical atual dá direito de voto ao aposentado mas cria dificuldades se ele quiser candidatar-se. São os aposentados que mais se utilizam dos serviços assistenciais promovidos pelo sindicato e são, portanto, os que estão mais expostos às pressões exercidas pela máquina sindical. O resultado foi comemorado com champagne pelos empresários reunidos na FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - conforme noticiou o jornal Folha de São Paulo no dia seguinte após a apuração do pleito.

O sindicato está localizado em um edifício no centro da cidade de São Paulo, não possuindo nenhuma sub-sede para atender às dezenas de milhares de sindicalizados. As sub-sedes que existiram foram fechadas pela própria direção sindical. Nesse edifício, o salão destinado às assembleias da categoria, não comporta mais de 400 pessoas sentadas. Muitos trabalhadores não frequentam o sindicato ou assembleias, por medo de represálias, esquema montado pela diretoria com seus Décio Malhos.

O trabalhador metalúrgico que precisa se deslocar para o sindicato tem que sofrer todas as dificuldades provocadas pelo sistema de transporte deficiente que existe na Grande São Paulo. Além das horas já consumidas diariamente para se deslocar da sua residência para o local de

trabalho e vice-versa, seriam somadas uma ou duas horas a mais.

O sindicato oferece em sua sede atendimentos médico e odontológico. O serviço jurídico é cobrado, proporcionalmente ao valor da causa. Até no carnaval promovido pela diretoria em 1981, foi cobrado ingresso, cujo valor atingiu quase 15% de um salário mínimo regional.

O sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, com sua única sede centralizada, o mínimo de atividades que oferece e a existência de uma diretoria totalmente identificada com a política oficial do regime, não constitui hoje uma referência concreta capaz de aglutinar os trabalhadores metalúrgicos para promover sua formação sindical e organizativa.

O exemplo do Sindicato dos Metalúrgicos não é uma exceção. A maioria dos grandes sindicatos de São Paulo possuem diretorias que apresentam práticas bastante semelhantes.

Até mesmo a combativa diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, cuja história não deixa dúvidas sobre seu compromisso com os interesses da classe operária, é obrigada a reconhecer que cerca de 65% do seu orçamento são gastos com o assistencialismo exigido pelo Ministério do Trabalho.

A promoção humana, social e política, necessária para impulsionar as reivindicações da classe trabalhadora, fica prejudicada diante dessa situação. Além de toda a estrutura sindical, que é uma verdadeira camisa de força, os trabalhadores defrontam-se com diretorias sindicais pelegas e imobilistas que também limitam e criam obstáculos para o crescimento de sua organização.

A SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES DA REGIÃO DA MOOCA

A Região da Mooca é formada pelos sub-distritos da Mooca e Vila Pru-

dente que constituem os bairros de formação industrial mais antigos de São Paulo.

Sua população está em torno de 500 mil habitantes. Essa região tem cerca de 1600 indústrias que oferecem mais de 100 mil empregos. Aproximadamente metade deste parque industrial é formado por indústrias metalúrgicas: metalurgia, mecânica, material elétrico e material de transporte.

Pesquisas recentes revelaram que 49% dos trabalhadores dessa região gastam mais de 50 minutos para se deslocarem de suas casas para o trabalho.

O tempo gasto em transporte é menor do que em outras regiões porque a Mooca é uma região central - antiga -, que possui transporte coletivo direto para quase todos os bairros da cidade.

As condições de vida e trabalho nessa região são as mesmas já descritas pelo Secretário de Estado de Negócios Metropolitanos na Escola Superior de Guerra. Não há, portanto, nenhum exagero de nossa parte quando afirmamos que essas condições são quase subhumanas.

A região não oferece, também, quase nenhuma atividade cultural ou recreativa, exceto os bares com suas mesas de bilhar. Os trabalhadores em geral, e em particular os metalúrgicos que são em maior número, quando desejam participar de qualquer atividade desenvolvida pelo seu respectivo sindicato, têm que se deslocar por mais quase uma hora de ônibus até as sedes dos respectivos sindicatos.

Mesmo apresentando elevado índice de concentração industrial, não existe nenhuma sub-sede de qualquer sindicato na região. Há uma carência muito grande de informação e formação de atividades sindicais, além das outras de caráter recreativo e cultural. Perdurando essa situação, portanto, haverá uma tendência de agra-

vamento da alienação do trabalhador sobre sua realidade e seus direitos.

Foi diante desse quadro que, há algum tempo, grupos de trabalhadores refletindo sobre as formas possíveis para romper com o isolamento e imobilismo em que se encontra a região, resolveram criar alguma atividade concreta que pudesse aglutinar e agrupar pelo menos uma parte desses trabalhadores.

Foram travados muitos debates sobre o que seria esse espaço que pudesse contribuir para o avanço do movimento operário popular. Houve restrição por parte de alguns porque temiam que pudesse transformar-se numa atividade paralela ao sindicato. Por parte de outros, houve ressalvas porque consideravam que as Sociedades Amigos de Bairro e outras associações, já seriam modelos acabados para aquilo que faltava na região.

Entretanto, havia dúvidas que ninguém conseguia esclarecer. Se o sindicato em geral só oferece atividades esporádicas e realizadas na sede do centro da cidade; se as SABs, mesmo que limitadas estão localizadas em bairros longe do local de trabalho, como seria possível encontrar-se com regularidade com o companheiro de trabalho ou de uma fábrica vizinha que não fosse num botequim? (Em 1979, muitas reuniões foram feitas em bar). E se o companheiro de uma fábrica vizinha fosse de uma outra categoria profissional e morasse num bairro mais distante? E se esse grupo de amigos aumentasse em número e diversidade de locais de trabalho e moradia?

Diante dessas questões conseguiu-se eliminar as dúvidas sobre a necessidade de se criar um espaço comum que estimulasse a combinação de atividades culturais e recreativas e que elevassem a conscientização e formação dos trabalhadores juntamente com essas atividades seriam desenvol-

vidos cursos de formação sindical para o conhecimento da realidade do trabalhador, dos seus direitos e que estimulassem a militância sindical nos seus respectivos sindicatos.

A realidade do dia a dia do trabalhador, suas dificuldades, as más condições de vida e trabalho, a estrutura sindical fascista que inibe a militância operária, as diretorias pelegas que entorpecem a ação organizada de suas categorias profissionais, foram alguns dos argumentos que reforçaram e aceleraram a criação da Associação dos Trabalhadores da Região da Mooca.

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA REGIÃO DA MOOCA

FORMAÇÃO: Breve Histórico

O ano de 1978 pode ser considerado como um marco histórico no movimento sindical brasileiro. São Paulo foi sacudido pela eclosão localizada e massiva de reivindicações do operário industrial.

Na cidade de São Paulo essas lutas foram caracterizadas não só pela novidade - o reerguimento da luta operária após 14 anos de repressão - mas principalmente pelo seu conteúdo novo nas formas de organização. As chamadas "Greves por Fábrica" no período de maio a julho de 1978 surpreenderam não só os patrões mas principalmente diretorias pelegas de sindicatos.

As diretorias pelegas, acostumadas durante anos a assinar acordos com os sindicatos patronais, sem qualquer contestação mais explícita das respectivas categorias profissionais, viram-se ameaçadas pelas novas lideranças que surgiram de dentro das fábricas. A categoria metalúrgica teve, sem dúvida, uma atuação mais destacada neste período.

Foi nesse momento que começou a sur-

gir um divisor de águas na prática sindical. Em São Bernardo, a diretoria assumiu o comando das greves e do movimento. O sindicato foi a principal referência da categoria e daí a consolidação do que passou a ser conhecido como Sindicalistas Autênticos.

Em São Paulo, o processo foi inverso. A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos estava completamente descreditada frente à categoria. Qualquer militante operário que se destacasse estava sujeito a denúncia - sem pre anônima é claro - mas que provocava seu desemprego e até mesmo pressões exercidas pela polícia política.

A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo era sem dúvida o símbolo do período mais negro da história do Brasil e da classe operária. Os trabalhadores não esqueceram a intervenção no sindicato em 1964, a prisão e tortura que sofreram centenas de dirigentes sindicais, o silêncio em que foi lançado o principal instrumento de luta da categoria e a omissão e conivência daquela diretoria imposta pelo Ministério do Trabalho.

Foi o medo da repressão e a coragem de resistir que criaram condições para o surgimento de "Comissões de Fábrica". As Comissões escolhidas nos locais de trabalho, eleitas democraticamente, assumiram na prática a condução daquele movimento.

Na Campanha Salarial dos metalúrgicos em 1979, as lideranças surgidas dentro das fábricas conduziram a campanha, que culminou com a greve de 11 dias, apesar da diretoria tentar conter e controlar o movimento. Nas assembleias da categoria, com milhares de metalúrgicos, foram aprovadas e criadas as sub-sedes em várias regiões da cidade.

A Campanha Salarial foi marcada também pelo ressurgimento da repressão política que parecia recolhida. Ter

minada a campanha a diretoria do sindicato fechou as sub-sedes e começou a reprimir militantes da oposição que frequentavam a sede do sindicato.

Os patrões ampliaram as chamadas "listas negras" - uma relação de nomes dos principais ativistas sindicais - demitindo os empregados e não admitindo os desempregados cujos nomes constassem dessa lista.

Foi diante desse quadro, sofrendo pressões por todos os lados, que os grupos de operários da Região Mooca começaram a refletir sobre a necessidade de um espaço próprio que permitisse o mínimo de atividade sócio-cultural-político-sindical, reduzindo o risco de ameaças e pressões.

Além disso, as greves de 1979, haviam revelado a importância do apoio dos trabalhos de bairro na sustentação do movimento. Não criar esse espaço que possibilitasse a militância mais articulada, poderia implicar no imobilismo, o que significaria a desarticulação das lideranças surgidas nas fábricas.

A reflexão sobre todos esses pontos que formam a realidade da luta sindical em São Paulo resultou nas seguintes conclusões:

- a associação de trabalhadores de várias categorias - com estatuto legal e espaço físico próprios -, é uma necessidade para garantir um espaço independente de organização e expressão;
- é uma necessidade para ampliação, estruturação e formação de grupos operários;
- pode ser um espaço de militância para as lideranças quando afastadas das grandes fábricas pelas listas negras;
- deverá ser um espaço para a discussão da organização de base nas fábricas sem subordinar-se aos limites da estrutura sindical;

- deverá contribuir para uma maior integração do movimento operário com as lutas travadas nos bairros no sentido de fortalecer e unir o movimento operário popular.

Finalmente, concluiu-se que era uma necessidade criar um espaço próprio, físico, cultural e organizativo que possibilitasse ao trabalhador desenvolver livremente sua criatividade fora do controle dos de cima.

A ampliação dessa discussão revelou que havia na região vários grupos - de operários e de movimentos de bairro - que poderiam apoiar a iniciativa.

A Associação deveria ser sustentada pela contribuição dos associados. Qualquer trabalhador ou morador da região, poderia associar-se. Toda via, a diretoria deveria ser composta por elementos ligados à produção, sem cargo de chefia e eleitos democraticamente.

Foi dentro desses parâmetros que em 21 de dezembro de 1979, foi criada a Associação dos Trabalhadores da Região da Mooca.

ATIVIDADES

Os objetivos da Associação começaram a ser definidos antes mesmo de sua fundação oficial. O próprio texto base, que serviu de pano de fundo das discussões, é bastante esclarecedor. O texto, intitulado "Sobre a Formação de uma Associação de Trabalhadores na Região", coloca:

(...) "Esta idéia nasceu originalmente dentro do setor da oposição Metalúrgica. Depois foi levada para outras pessoas e grupos que desenvolvem um trabalho na região".

"O que se quer é ter um espaço próprio para discutir e organizar todas as questões que interessam ao trabalhador. As questões de salário e emprego são fundamentais, mas além disso há questões como moradia, educação, saúde, diversão e cultura".

ra".

"Assim a Associação não se restringe a uma ou outra categoria, nem trata somente de uma questão de interesse do trabalhador mesmo que seja a questão mais importante".

"O que se pretende é criar condições mais favoráveis para avançar no esclarecimento e solução dos problemas que atingem a vida do trabalhador. Por aí já se viu em discussões anteriores que o trabalhador tem um órgão próprio que é o sindicato. A Associação não pretende substituir este, mas estimular a participação maior e tratar de questões que o sindicato por uma série de razões não trata, além de outros assuntos que não passam pelo sindicato".

Observa-se que desde as primeiras discussões houve a preocupação de não colocar as atividades da Associação como uma alternativa sindical, que poderia ser caracterizada de paralelismo sindical. As atividades propostas visam integrar os trabalhadores pela base, horizontalmente, entre várias categorias profissionais, promover o intercâmbio de experiências e lutas que não se restringem a uma única exclusiva categoria.

As atividades desenvolvidas estão divididas em 4 grandes blocos: 1) Cultural; 2) Recreativo; 3) Formação; 4) Apoio.

Cultural:

Compreende atividades diversas como a projeção de filmes, debates, palestras, teatro, música e expansão da biblioteca.

Há uma programação semestral para todas essas atividades para evitar superposição ou coincidência com datas reservadas para atividades mais gerais como 1º de maio, CONCLAT, Atos Públicos, etc.

A biblioteca foi formada através de solicitação que a Associação fez a várias instituições e jornais da imprensa alternativa, e até hoje se

recebe doações, seja de livros ou as sinaturas de publicações periódicas.

Palestras e debates têm apresentado uma variedade de temas que vão desde a conjuntura econômica e política a té problemas do campo, situação do índio, as lutas de libertação na América Latina, situação da classe operária na Polônia, etc. O comparecimento médio gira em torno de 50 pessoas.

Recreativo:

É uma área pouco desenvolvida. As atividades mais desenvolvidas até agora são: futebol, curso regular de capoeira e festas. A festa junina este ano reuniu mais de 400 pessoas. Essas festas são, também um meio para angariar recursos para a manutenção da Associação.

Formação:

É voltada exclusivamente para cursos rápidos ou permanentes sobre temas de interesses específico e geral. Há cursos profissionalizantes assim como de alfabetização. Foi dado curso rápido para mulheres sobre orientação sexual.

Houve um curso de imprensa operária e popular que contou com a frequência de 19 alunos onde foram ministradas noções sobre:

- . Prática Jornalística
- . Técnicas de Impressão e Reprodução
- . Legislação dos meios de Comunicação
- . Diagramação
- . Fotografia
- . Pesquisa de Documentos
- . Análise do Jornalismo Diário
- . Técnica de Redação

O resultado desse curso foi a criação do JOCA - Jornal da Associação dos Trabalhadores da Região da Mooca -, elaborado pelos que frequentaram o curso.

Apoio:

Tratam-se de atividades não programadas mas que a Associação contribui através dos seus associados e do pró-

prio local.

Nesse sentido a Associação colabora com as campanhas dos metalúrgicos, dos trabalhadores na construção civil, motoristas, textéis e do trabalhador de quintais, que são os moradores de cortiços do bairro.

METODOLOGIA

A Associação procura estimular uma prática democrática em todas as atividades que desenvolve. A diretoria eleita pelo voto direto é responsável pela execução das diretrizes traçadas em assembleia geral.

Todas as atividades da Associação têm uma comissão responsável pela limpeza, manutenção, finanças, cultural, biblioteca, recreação, cursos e jornal.

Todas as atividades desenvolvidas pela Associação são oferecidas a qualquer trabalhador, independente de ser associado ou não.

Essa prática compromete os associados com o planejamento e execução das atividades estimulando-os a ampliar o quadro de associados sem provocar qualquer inibição aos não-associados. Muitos frequentadores não pagam a Associação por problemas de desemprego ou baixo salário - a mensalidade é de Cr\$ 100,00. A solidariedade, portanto, passa a ser concreta, saindo do campo das boas intenções.

É dentro dessa prática diária que a Associação tem procurado contribuir para a organização dos trabalhadores na Região da Mooca.

N O T A S:

(1) Municípios que formam a Grande São Paulo: São Paulo, Osasco, Capricuiba, Barueri, Cajamar, Santana do Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus, Cotia, Itapevi, Jandira, Taboão da Serra, Itapicirica da Serra, Embu-Guaçu, Juquitiba, S. André, Embu, São

Bernardo do Campo, S. Caetano, Mauá,
Diadema, Ribeirão Pires, Rio Grande
da Serra, Mogi das Cruzes, Suzano,
Poá, Itaquaquecetuba, Ferraz de Vas
concelos, Guararema, Salesópolis,
Biritiba-Mirim, Guarulhos, Arujá,
Santa Izabel, Franco da Rocha, Mairi

porã, Caieiras, Francisco Morato.

(2) Roberto Cerqueira César (Secre-
tário de Estado dos Negócios Me-
tropolitanos) 1976 - in o Desafio Me-
tropolitano; Série: Documentos, do
SPAM (Sistema de Planejamento e de
Administração Metropolitana.

Vila Ramos: a luta por uma urbanização que atenda aos interesses dos moradores

FASE/Porto Alegre

A FORMAÇÃO DA VILA

Atualmente a área onde se localiza a Vila Ramos é muito valorizada. Situa da aproximadamente a quatro quilômetros da Av. Assis Brasil, via de acesso que liga Porto Alegre aos distritos industriais das vizinhas cidades de Cachoeirinha e Gravataí, e a igual distância da auto-estrada Porto Alegre-Osório, que conduz às mais importantes praias do RS, a região se urbaniza rapidamente. Nos últimos anos tem recebido um certo volume de investimentos públicos e privados. À medida que eles chegam na forma de blocos de apartamentos para a classe média ou de obras como a do Porto Seco em implantação, o poder público passa também a se preocupar com a urbanização da área.

Entretanto, quando a Vila se formou há cerca de dez anos atrás, não era essa a situação. Não havia grandes investimentos, a área não era cobijada, nem havia tantas preocupações com a urbanização.

A Vila se formou como tantas outras da periferia da cidade. Uma parte da área era privada e outra pública (da Prefeitura). Os seus ocupantes eram formados - a maioria - por trabalha-

dores expulsos da antiga Vila Teodora, uma enorme favela próxima do centro da cidade e removida pelo governo. O Professor Ramos - figura contraditória na avaliação dos atuais moradores - funcionou como intermediário na ocupação da área, vendendo (segundo ele "cobrando uma taxa") os lotes aos moradores, com o beneplácito das autoridades da época.

Formada a Vila, veio a luta pela água e pela luz, conseguida depois de algum tempo. Depois, forma-se uma Associação de Moradores inspirada e controlada pelo Poder Público (o que é comum na região), situação que permanece até hoje.

NASCE A COMISSÃO DE MORADORES

A Comissão de Moradores surge em cima de uma luta: a da água, que os moradores pagavam, mas cujo atendimento era extremamente precário. Até então a Associação de Moradores - oficialista e burocratizada - nada fizera em termos de mobilização, preferindo os contatos de cúpula com a burocracia municipal. Por isso o movimento contra o "Cano Seco" explode por fora da Associação e deixa como saldo uma Comissão que continua a se

reunir e debater os problemas da Vila.

Ao saber dos planos para a implantação do PROMORAR na Vila, a Comissão procura mobilizar-se em torno dele.

PRINCÍPIOS BÁSICOS DO PROMORAR

O PROMORAR nasceu com muita propaganda oficial, propondo-se a erradicar a submoradia. Na verdade, ele surge no momento em que o caráter da política habitacional do BNH - cobrir quase exclusivamente os setores de alta e média renda - começa a ser desnudado. Contribuíram para isso, certamente, os debates sobre a política habitacional no período eleitoral de 1978, alguns trabalhos sobre o assunto e - sobretudo - a eclosão de movimentos populares ligados ao problema.

O PROMORAR veio tentar responder a esta situação embaraçosa e explosiva. O programa foi criado pelo Ministério do Interior e conjuga a ação de todas as esferas do governo (Município, Estado, União) e o BNH. A proposta apregoada é: promover a construção de moradias para os setores de baixa renda; manter a população assentada onde está; desenvolver obras elementares de urbanização.

No caso do RS, em 30 de agosto de 1979, foi assinado um protocolo entre o Ministério do Interior e o governo do Estado, no qual essas metas são fixadas.

NASCE UMA ESTRUTURA DEMOCRÁTICA DE PARTICIPAÇÃO E DECISÃO

A Comissão de Moradores se propôs a estudar o PROMORAR e levar uma campanha de esclarecimentos e debates na Vila. Para facilitar o trabalho começou a fazer reuniões por quadra. E para resolver as dificuldades técnicas e legais procurou formar uma equipe de assessores (urbanistas, professores, arquitetos e advogados).

Com esse trabalho, realizado durante o primeiro semestre de 1980, foi possível levar à aprovação em Assembléia Geral um documento (chamado pelos moradores de Carta-Proposta) que fixava o tipo de urbanização desejada pelos moradores.

Nesse documento os moradores insistiram em alguns pontos básicos: 1º) a não remoção de nenhum morador da Vila; 2º) lotes de 150 a 200 m²; 3º) fixavam as bitolas e a hierarquia das vias públicas; 4º) pagamento mensal de 5% do salário mínimo; 5º) que o desenvolvimento da proposta urbanística passe sempre pela aprovação dos moradores.

A exigência de 150 m² para todos os lotes - como a Vila é bastante densa - exigia uma área extra para alojar a todos os moradores. Por isso reivindicavam também a urbanização de uma área baldia contígua à Vila e que ela fosse realizada em primeira mão e só depois se mexesse na área já ocupada.

É importante ressaltar que nascia desse processo uma estrutura democrática de participação dos moradores nas decisões, totalmente oposta à prática anti-democrática, cupulista e desmobilizadora da diretoria da Associação de Moradores. A começar pelas reuniões da Comissão que são "abertas". A Comissão é meramente executiva e juntamente com os assessores técnicos elabora as propostas que são levadas à discussão nas reuniões por quadra e, depois, à Assembléia Geral para aprovação.

PROJETO OFICIAL - A LÓGICA DO INVESTIMENTO

A Prefeitura, através do seu Departamento Municipal de Habitação apresentou um ante-projeto de urbanização que não atendia a maior parte dos princípios definidos pelos moradores na Carta-Proposta. Não atendia às reivindicações quanto ao tamanho dos

lotes nem a sua forma de pagamento. Não destinava a área baldia para lotes, mas sim para a construção de apartamentos e para uma praça de aproximadamente 2,6 ha. Além disso previa ruas largas ou novas não obedecendo ao traçado original, diminuindo ainda mais o espaço destinado aos lotes e aumentando a defasagem entre o número de lotes possíveis e o número de famílias necessitadas.

Ao propor esse tipo de rua, o poder público argumenta que é para atender aos requisitos do Plano Diretor da cidade, que não permite rebaixamento do padrão urbanístico. No entanto, o Art. 48 do Plano Diretor prevê a possibilidade de padrões especiais para núcleos de subhabitação. Argumentam também que a construção de edifícios é para baratear o custo dos lotes.

Na verdade todo o projeto oficial está dentro de uma ótica diferente daquela pela qual se orientaram os moradores na sua Carta-Proposta. A preocupação em adotar uma estrutura viária padrão e preterir a criação de lotes na área baldia para construir apartamentos tem a clara intenção de substituir a população atualmente existente - ou parte dela - através do mercado imobiliário. Sendo a área um polo de expansão da cidade, há a preocupação de lhe dar uma destinação mais "nobre".

Além disso, o projeto oficial prevê três tipos de lotes: o padrão de 150 m²; o de menos de 150 e o de mais de 150, na base do "quem pode mais, paga mais". Isso fere o princípio da igualdade definido pelos moradores (lotes iguais para todos) e cria divisão no meio deles. Na verdade, o que vai acontecer é que os que tiverem lotes muito pequenos não poderão regularizá-los e tenderão a vendê-lo para o vizinho. É a "remoção branca". Mas no momento ninguém será removido, porque em geral os lotes ficarão como estão.

O PROJETO ALTERNATIVO - A LÓGICA DOS MORADORES

A idéia de elaborar um projeto alternativo ao oficial ganhou corpo depois que ficou claro à Comissão de Moradores que este não atendia a maior parte dos princípios constantes da Carta-Proposta.

O projeto Alternativo baseia-se numa outra ótica: a dos moradores, cuja maioria (74% dos chefes de família) tem renda de até 3 salários mínimos e quase 60% tem abaixo de 2 salários mínimos.

Para a sua elaboração uma das coisas levadas em conta foi a configuração atual da Vila. Daí a preocupação em manter o traçado original das ruas. Outra foi a de resgatar e preservar as formas de vida e convívio da população. Daí a preocupação com as "pracinhas" para favorecer o contato entre as pessoas.

Os lotes de 150 m², em número de aproximadamente 30 por quadra e de dimensões variadas, se organizam formando uma quadra. Cada quadra tem uma pracinha, que serve aos seus moradores. Aproximadamente quatro quadras formam um conjunto de vizinhança delimitado por vias de distribuição. Estas unem os conjuntos entre si e os equipamentos comunitários, formando um todo unitário.

Essa hierarquização permite aos moradores a identificação perfeita dos diferentes núcleos de vivência: sua casa, sua praça, seu conjunto de vizinhos, dentro de um todo maior que é a Vila.

As vias são de três tipos: as de distribuição de 8 a 9 m para o tráfego de veículos e de pedestres; as de tráfego eventual de 5 a 7,5 m de largura para pedestres e veículos de serviços de emergência, transporte e particulares; e as passarelas de pedestres, de 2 a 4 m, destinadas exclusivamente aos pedestres.

Além das praças existem praças maiores junto aos equipamentos comunitários e de lazer. O Projeto prevê também espaços destinados aos equipamentos comunitários e aos serviços solicitados pela população (escola, creche, posto médico e posto policial, etc.).

A REAÇÃO DO PODER PÚBLICO

No primeiro momento a reação do poder público frente ao Projeto Alternativo foi a de contemporizar e de cooptar as lideranças, propondo pequenas alterações no seu projeto ao mesmo tempo em que procurava desgastar a Comissão com infundáveis e infrutíferas conversas de gabinete. Mas sempre negando as reivindicações fundamentais dos moradores: pagamento de 5% do salário mínimo, urbanização da área baldia, garantia de legalização e lotes de 150 m².

Quando surge, o movimento apresenta uma enorme pujança: assembleias massivas, denúncias, imprensa, etc. As tentativas de cooptação das lideranças foram infrutíferas, e mesmo a associação de moradores - apesar das tentativas - não consegue controlá-lo. Por isso, o poder público submete-o a um angustiante compasso de espera e de indefinições. À medida em que consegue arrefecer um pouco o movimento, passa à ofensiva. Essa ofensiva vai desde a chantagem econômica (ameaçando aplicar a verba do BNH em outras Vilas), até a clássica acusação de infiltração na Comissão. Passa a acusá-la de ser a responsável pela não urbanização da Vila, acusando-a de não querer o bem dos moradores etc.

Nesse momento a diretoria da Comissão de Moradores - devidamente reciclada - funciona como o braço direito do poder público. É ela que divulga as ameaças e acusações à Comissão, tumultua com grupos organizados as assembleias convocadas pela Comissão. Adota formalmente as práticas

democráticas da Comissão. Numa atitude de divisionista começa também a convocar assembleias abertas de moradores tentando passar as propostas do poder público (antes só convocava assembleias de associados), sendo os moradores ouvintes passivos das autoridades (só podem fazer perguntas) com os membros da Comissão tendo sua participação dificultada ao máximo.

No momento a Associação e o poder público estão empenhados em esvaziar a realização do Plebiscito aprovado na última assembleia geral o qual deverá dizer qual dos dois projetos a população aceita. A Associação que havia se comprometido a realizá-lo junto com a Comissão "roeu a corda" e o poder público já ameaça os moradores dizendo que se for aprovado o Projeto Alternativo não acatará a decisão.

A vitória do movimento vai depender de uma avaliação séria de todo o processo procurando detectar os erros cometidos e corrigi-los.

SALDOS E DEFICIÊNCIAS DO MOVIMENTO

Mesmo que não se chegue a uma vitória cabal, o movimento da Vila Ramos já apresenta saldos vitoriosos para a Vila e para o movimento em geral. Mesmo a respeito da urbanização propriamente dita, conseguiu-se cerca de 50 lotes a mais para os moradores. Mas o saldo principal está no aspecto educativo e político no seu sentido amplo.

É o primeiro movimento na zona norte - onde as diretorias das associações controladas pelos poderes públicos primam pelo burocratismo anti-democrático e cupulista - que corre por fora da diretoria, denunciando-a e propondo práticas democráticas alternativas. Para se ter uma idéia dessas diretorias, basta dizer que representam um número insignificante de sócios, não convocam assem-

bléias, não são reconhecidas pela maior parte dos moradores e na maioria das vezes se eternizam no poder. Fazem uma espécie de aliança com o poder público: este atende a alguns dos seus "pedidos" em troca de apoio em épocas eleitorais.

É por isso que o trabalho da Comissão assume uma importância e um certo pioneirismo. Ao imobilismo da Diretoria a Comissão opôs a prática de discussão e decisão em grandes assembleias e em reuniões por quadras. Ao seletivismo da participação (só participa das reuniões quem tem carteira) após a prática de participação de todos, às decisões tiradas nos gabinetes públicos e depois impostas aos moradores a Comissão propôs o processo inverso expresso no slogan "quem decide é o morador".

Além disso, houve todo um treinamento de lideranças. Hoje, estas se sentem capacitadas a coordenar uma Assembleia, intervir num debate público, dar entrevistas, com a maior naturalidade.

Entretanto, a Comissão também enfrenta problemas que em alguns momentos prejudicam um melhor encaminhamento das lutas. Um dos problemas principais tem sido um excessivo cuidado que muitas vezes é dedicado aos detalhes técnicos do projeto, o que não raro leva a um descuido do tratamento das questões mais centrais relacionadas ao próprio encaminhamento da luta.

A Comissão também não teve clareza para levar a luta para dentro da Associação de Moradores, ocupando seus espaços e exigindo sua democratiza-

ção. Muito em função dos primeiros resultados obtidos, tendeu a ignorar a presença da entidade, subestimando a capacidade de sua diretoria - evidentemente orientada pelo poder público - em dividir o movimento em seu momento decisivo. Dessa forma, concede espaço para que a entidade dos moradores, mesmo esvaziada e burocratizada, fosse usada contra os moradores.

CONCLUSÃO

Hoje, é esta a situação na Vila Ramos. A situação está se acirrando, com a realização de Assembleias em que as posições se colocam cada vez com mais força, estando de um lado a Comissão de Moradores, com toda a sua capacidade de mobilização e de outro lado o poder público que usa a Associação e políticos de prestígio na região.

Ao aproximar-se a data do plebiscito, o poder público, que antes incentivava a sua realização, afirma que não vai acatar o resultado; ambos os lados têm feito propaganda, sendo que a Comissão mantém o seu trabalho de conscientização. Enfi, está criando todo um clima que encaminha para um desfecho da luta.

Sem saber qual será o resultado final, pode-se entretanto dizer que a luta na Vila Ramos foi positiva, tanto por já ter levado a melhorias parciais no Projeto Oficial, quanto pelo exemplo que tem significado para outras Vilas da região, até agora tão carentes em termos de organização de moradores.

Contribuição à unidade e consolidação do movimento popular

O texto que se segue é o informe da Reunião Preparatória para o Encontro Latinoamericano de Educação Popular, realizado em novembro de 1980, em Lima, Peru. Publicado em "Cultura Popular", nº 1, junho de 1981 - CELADEC.

Participaram do Encontro dezessete organizações dedicadas à Educação Popular, contando-se entre elas, na qualidade de convidado, o Movimento Estudantil Cristão. Sem englobar toda a experiência educativa popular que se realiza no Peru, esse conjunto significa um segmento bastante representativo neste campo de ação.

Todos os grupos enviaram previamente, inclusive como pré-requisito para participar, relatos escritos sobre suas experiências no campo da Educação Popular.

A reunião, que teve caráter preparatório para o Encontro Latinoamericano de Educação Popular, realizado em dezembro de 1980 em Quito, objetivou por um lado, localizar e discutir o papel da educação popular no Peru, discutir suas perspectivas e definir suas tarefas, partindo da análise da nova conjuntura emergente das eleições de maio do ano passado. De outro lado, procurou-se avançar numa caracterização teórica da educação popular, além de clarificar a relação entre educação popular e organizações populares (de massas, classistas e políticas).

Finalmente, tendo em vista o próprio caráter do Encontro, pretendeu-se e

laborar proposta de comunicação e coordenação das diferentes instâncias educativas populares, a nível nacional e continental.

A metodologia empregada neste Encontro Nacional, que durou três dias, baseou-se em duas questões importantes: relato de experiências dos diferentes grupos presentes e um trabalho de grupos em cima das questões suscitadas pelas experiências apresentadas. Cabe assinalar que o trabalho de grupo teve como referência constante a análise de conjuntura realizada no segundo dia do Encontro. Em tal análise, colaboraram o Presidente da Esquerda Unida, Alfonso Barrantes, assim como outros dirigentes da Frente citada.

Razões de espaço nos impedem de relatar o trabalho de cada um dos grupos. No entanto, a caracterização da prática da educação popular no Peru feita nesta crônica recolhe a experiência apresentada pelos distintos grupos, assim como os aspectos mais desenvolvidos pelo debate e os consensos estabelecidos a partir dele.

A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO POPULAR

Parte-se de uma constatação: a total

lidade das organizações presentes iniciaram suas experiências durante a década de 70, o que indicaria a época na qual surge e se firma a perspectiva de mudança social que hoje caracteriza o conjunto das diferentes práticas desenvolvidas no campo da educação popular.

Assinala-se também que a emergência de tais experiências se dá no marco do ascenso geral do movimento popular, da configuração do movimento de bairros e do ascenso das lutas populares que caracterizam aquele período.

Tendo em conta uma maior presença no Encontro de organizações que realizam um trabalho em bairros periféricos - mesmo descontando possíveis falhas na convocação - podemos concluir que houve uma maior proliferação de experiências educativas na cidade, principalmente nos bairros, sendo menor a presença da área rural.

Por outro lado, as organizações participantes, no seu todo identificam-se ideológica e politicamente com as classes exploradas de nosso país, assumindo seu projeto histórico. Pelos relatos no Encontro, isso se deve a uma prática refletida e iniciada a partir de uma análise científica da realidade, sobre a base de ações de investigação, capacitação e comunicação.

Vale a pena indicar que muitos dos grupos participantes estiveram ligados em algum momento de sua trajetória a comunidades cristãs. Outras tiveram vínculos orgânicos com algum partido. Entretanto no movimento atual, tais grupos distanciaram-se de uma relação orgânica, orientando-se por uma política de frente no tratamento das organizações partidárias e apoiando a formação e fortalecimento de organizações de massa.

CONTEÚDOS TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO POPULAR

Os conteúdos apresentados correspon-

dem à conceituação de educação popular assumida pelos grupos que participaram do Encontro.

Assinalou-se de início que qualquer tentativa de definir a educação popular deve partir da prática na qual se desenvolve a atividade educativa. Toda reflexão teórica deve, portanto, responder a uma problemática educativa cotidiana, já que a Educação Popular é um processo permanente cuja origem e desenvolvimento se dá no seio do próprio povo, enquanto sujeito transformador de sua história.

Em tal contexto, a educação popular aparece como um dos instrumentos que acompanham as classes populares no processo de transformação de sua existência econômica (material) em uma existência política. Ou seja, busca-se que as classes oprimidas adquiram autonomia cultural e ideológica em relação à classe dominante e se convertam em portadoras de um projeto alternativo próprio. Daí que a validade de uma ação educativa popular dependa dos seus efeitos sobre os níveis de consciência e organização do povo.

Nesse sentido, a educação popular se situa entre os processos que, nos campos cultural, político e ideológico, vão permitindo a criação de uma nova hegemonia, não só distinta, mas antagônica, à da classe dominante. Para tanto, faz-se necessário desenvolver o processo de organização popular, para se contrapor à ideologia dos opressores. A criação de instâncias de organização permite aos setores populares dar uma resposta coletiva no terreno da luta ideológica às diferentes formas em que se expressa a dominação. Aqui aparece claramente a necessidade da educação popular auxiliar a implementação de grêmios, jornais populares, oficinas de arte e cultura popular, etc.

Assinalou-se também que a educação popular deve contribuir para a construção de um projeto nacional em sua luta contra o imperialismo, res-

gatando os interesses e valores das classes oprimidas em sua organização e luta por uma sociedade nova.

Finalmente, tendo em conta que esse processo é uma tarefa de todos, os grupos concordaram que a grande obra de transformação das estruturas econômicas, sociais e políticas não irá avante se não contar com a participação ativa da mulher, ainda mais tendo-se em conta que a exploração recai com mais força sobre ela.

EDUCAÇÃO POPULAR E ORGANIZAÇÕES POPULARES

Esse tema apresenta-se como uma preocupação constante nas experiências atuais de educação popular. No Encontro constatou-se a carência de análises capazes de definir os limites e o alcance da relação da prática educativa popular com as organizações populares e político-partidárias.

A falta de tais análises originou o aparecimento de uma série de confusões e conflitos. Em primeiro lugar, os problemas decorrentes da ação proselitista dos partidos, sobretudo quando esta implicava em enfrentamento com as experiências de educação popular.

Por outro lado, a partir dos grupos de educação popular aparece com frequência a tentação de prescindir às organizações populares, minimizando um elemento chave: a importância de traduzir os ganhos de consciência em organização política, confundindo a necessária autonomia com organicidade. Ao contrário, a partir de uma posição de "independência", a educação popular deve dar seu aporte crítico que favoreça e contribua para desenvolver os aspectos unitários que se encontram presentes no espírito das massas.

Entendendo-se a educação popular a partir das organizações populares e como instrumento do seu desenvolvimento, a relação educação popu

lar-organizações de massa, de classe e partidárias, requer uma definição clara e precisa. Nesse sentido, o consenso alcançado entre os grupos presentes apontou para a necessidade de, evitando todo tipo de relação vertical e autoritária, desenvolver um trabalho de colaboração e apoio em benefício dos pobres de nosso país e de seu projeto histórico.

LIMITAÇÕES DA EDUCAÇÃO POPULAR

A partir das experiências apresentadas pelos grupos ficou evidente que, no desenvolvimento das práticas concretas, foram aparecendo uma série de problemas que, na medida em que não eram refletidos, passavam a obstaculizar o avanço do trabalho, convertendo-se em sérias limitações.

Passamos a enumerá-los:

- O ativismo e o espontaneísmo, que com frequência levaram os grupos a carecer do suporte teórico indispensável para a eficácia e permanência do trabalho;
- A falta de sistematização crítica da própria experiência que, dificultando a correção de erro, acaba alimentando o ativismo. Constatou-se que, às vezes, a falta de sistematização crítica decorre da carência de metodologia e técnica apropriadas para realizar tais tarefas;
- Outra limitação é a ausência de uma ligação efetiva com as organizações populares. Em geral, afere-se tal ligação de forma equivocada, tomando como referência as cúpulas dirigentes e não as bases que conformam tais organizações;
- O localismo é outra limitação característica do trabalho que se encerra em si mesmo, sem tomar como referência a realidade mais abrangente, em nível regional, nacional, etc.;

- Finalmente, existe o problema do teoricismo. Em geral, é consequência da falta de uma metodologia adequada que muitas vezes supõe o manejo de um discurso teórico que não corresponde ao nível de consciência e/ou à realidade do se tor com que se trabalha.

EDUCAÇÃO POPULAR E CONJUNTURA

Dedicou-se um dia à análise de con juntura. Com base nos aportes trazi dos pelos companheiros Alfonso Bár rantes e outros dirigentes da Frente Esquerda Unida, os diversos grupos participantes do Encontro resgata ram, a seu critério, os aspectos mais importantes do novo período po lítico.

Houve consenso na opinião de que a experiência unitária traduzida na Frente Esquerda Unida, que teve um desempenho exitoso nas eleições municipais, vem responder não só a um acordo entre as cúpulas partida rias, mas sobretudo a uma exigência de suas bases.

Caracterizou-se o período como uma "democracia restrita" dirigida por um governo com tendência a conver ter-se num regime cívico-militar. No entanto, tal situação "constitucio nal" permite certos espaços que de vem ser aproveitados, especialmente para realizar uma tarefa de esclare cimento e trabalho ideológico.

Assinalou-se que a tarefa de educa ção popular, para além de situações conjunturais, deve privilegiar o trabalho com as organizações de classe e de massas que vão alcançar do um valor estratégico, na medida em que se integram nas lutas reivin dicatórias e políticas desenvolvidas pelas organizações do povo.

Constatando a continuação, por parte do atual governo, da política econômica do Fundo Monetário Internacional (FMI) em benefício dos monopó lios transnacionais, especialmente norteamericanos, concluiu-se que

a educação popular deveria ter em conta a multiplicação de lutas rei vindicatórias que se dão como conse quência desse processo de pauperiza ção.

Além disso, a educação popular deve rá apoiar os setores populares na de fesa dos interesses da Nação: defen der a democracia, lutar contra a en trega do petróleo, pela liberdade de imprensa, etc.

Finalmente, o triunfo da Esquerda U nida em vários municípios requer o apoio dos grupos de educação popu lar. Seria, no entanto, um grave er ro considerar que uma concentra ção de esforços nessas áreas signifique um abandono do trabalho em outros setores e em outros níveis.

A partir da análise de conjuntura, os grupos participantes precisaram algu mas linhas de ação para o período:

- Os grupos de educação popular de vem colaborar com o processo unitá rio que se desenvolve a partir dos setores populares no marco de suas organizações de massa;
- Para isso, faz-se necessário coope rar com o fortalecimento das orga nizações populares e suas lutas;
- Promover e incentivar a cultura po pular;
- Apoiar a tarefa dos governos muni cipais controlados pela Esquerda U nida;
- Colaborar na coordenação de todos os grupos de educação popular co mo forma de responder mais eficaz mente à conjuntura.

CONCLUSÕES E ACORDOS

O primeiro consenso fundamental esta belecido foi em torno da necessidade de que as organizações que já inicia ram tarefas de coordenação, traba lhem de forma conjunta para facili tar esse processo de relacionamento.

Ressaltou-se a importância de tal co

ordenação, dado o alto significado político de um comportamento unitário por parte dos grupos dedicados à educação popular, mais ainda considerando que esse processo corresponde às exigências das bases.

Acertou-se que o desenvolvimento de tal coordenação deve se dar a partir de reuniões e eventos de estudo e trabalho organizados entre os diversos grupos de educação popular.

Acordou-se também impulsionar a divulgação do CHASKI (*) como um meio de comunicação entre os grupos e experiências a nível nacional. Ficou estabelecida a realização de uma "Reunião Nacional de Coordenação Piloto" com a finalidade de trocar informações e desenvolver um possível apoio mútuo.

À GUIA DE COMENTÁRIO

Terminando o presente informe, gostaríamos de chamar a atenção para alguns aspectos que necessitariam ainda ser desenvolvidos.

Diríamos que atualmente inexiste uma história da educação popular que incorpore experiências anteriores de projetos educativos com as massas, tendo como referência a educação po-

pular tal como a entendemos hoje. Consideramos essa lacuna um desafio e uma necessidade, e acreditamos ser da responsabilidade de todos aqueles comprometidos com a problemática educativa popular contribuir nesse sentido. Pensamos que esclarecer as origens e os antecedentes da educação popular permitirá melhor delimitar as ferramentas teóricas adequadas a nos guiar no trabalho, superando uma série de desvios, sobretudo o ativismo e o espontaneísmo.

Por outro lado, gostaríamos de insistir na necessidade de continuar impulsionando a colaboração entre as experiências de educação popular e as organizações populares - sejam partidárias ou de massas - com a finalidade de ir encontrando na própria prática concreta os limites e as possibilidades de sua ação.

Finalmente, acreditamos ser urgente e necessário coordenar as diversas experiências de educação popular, sobretudo quando se tem em conta que as exigências de unidade provêm de um mesmo povo que é, em última instância, o destinatário de toda a prática educativa libertadora.

(*) Boletim de Educação Popular de TAREA.

**EQUIPES LOCAIS
REGIONAL NORTE**

Escritório de Belém
Rua Bernal do Couto nº 1329
66.000 – Belém – PA
(091) 222-0318
Escritório de Abaetetuba
Av. D. Pedro II, s/nº
68.440 – Abaetetuba – PA
(091) 751-1114
Escritório da Região de Salgado
Travessa Índio Betan nº 196
68.745 – Castanhal – PA
Escritório de Santa Luzia
Av. Newton Bello nº 1032
65.390 – Santa Luzia – MA
Escritório de Santarém
Rua Mendonça Furtado nº 2475
(091) 522-1764
68.100 – Santarém – PA
Escritório de São Luís
Rua Apolônia Pinto nº 213
Bairro de Fátima
65.000 – São Luís – MA
(098) 223-0276

REGIONAL NORDESTE

Escritório de Recife
Rua Cedro nº 52
Casa Amarela
50.000 – Recife – PE
(081) 268-3242
Escritório de Garanhuns
Rua Dr. José Mariano nº 346
55.300 – Garanhuns – PE
(081) 761-1819
Escritório de Fortaleza
Rua Justiniano Serpa nº 131
Otávio Bonfim
60.000 – Fortaleza – CE
(085) 223-4056
Escritório de Capistrano
Rua Cel. Francisco Bezerra Campelo nº 2
Carqueija
62.748 – Município de Capistrano – CE

REGIONAL SUDESTE-SUL

Escritório do Rio de Janeiro
Rua Senador Dantas nº 117 – gr. 1.518
20.031 – Rio de Janeiro – RJ
(021) 220-7198
Escritório de São Paulo
Rua Loefgren nº 1651 – casa 6
Vila Clementino
04040 – São Paulo – SP
(011) 549-3888
Escritório de Vitória
Rua Frei Antônio dos Mártires nº 145
29.000 – Vitória – ES
(027) 223-7436
Escritório de Porto Alegre
Rua Gaspar Martins nº 470
90.000 – Porto Alegre – RS
(051) 25-0787



Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Escritório Nacional: Rua das Palmeiras 90 – ZC 01

Tel.: (021) 286-6797 e 286-6134

22.270 – Rio de Janeiro (RJ)